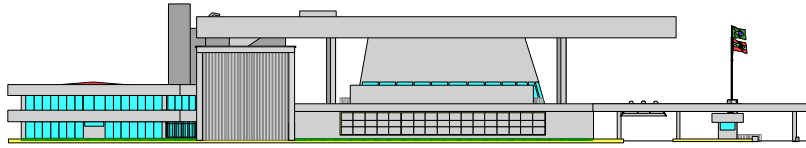


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 4 DE ABRIL DE 2003

NÚMERO 5.082

15ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO

Líder: Joares Ponticelli

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Rogério Mendonça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Afrânio Boppré

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

DEPUTADOS ESTADUAIS

ALTAIR GUIDI (PPB)

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
(PPB)

CELESTINO SECCO (PPB)

JOARES PONTICELLI (PPB)

LÍCIO SILVEIRA (PPB)

NELSON GOETTEN (PPB)

NILSON MACHADO (PPB)

RENO CARAMORI (PPB)

VALMIR COMIN (PPB)

GENÉSIO GOULART (PMDB)

HERNEUS DE NADAL (PMDB)

MANOEL MOTA (PMDB)

MAURO MARIANI (PMDB)

ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)

ROMILDO TITON (PMDB)

RONALDO BENEDET (PMDB)

JORGINHO MELLO (PSDB)

NILSON GONÇALVES (PSDB)

EDUARDO CHEREM (PSDB)

SIMONE SCHRAMM (SEM
PARTIDO)

ANTÔNIO CERON (PFL)

CESAR SOUZA (PFL)

CLÉSIO SALVARO (PFL)

DJALMA BERGER (PFL)

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PFL)

JÚLIO GARCIA (PFL)

JOÃO PAULO KLEINUBING (PFL)

JOÃO RODRIGUES (PFL)

AFRÂNIO BOPPRÉ (PT)

ANA PAULA LIMA (PT)

DIONEI WALTER DA SILVA
(PT)

FRANCISCO DE ASSIS (PT)

JOSÉ PAULO SERAFIM (PT)

PAULO ROBERTO ECCEL (PT)

PEDRO BALDISSERA (PT)

VOLNEI MORASTONI (PT)

WILSON VIEIRA (PT)

NARCIZO PARISOTTO (PTB)

SERGIO GODINHO (PTB)

ODETE DE JESUS (PL)

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salete de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1420
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 018ª Sessão Ordinária
1ªsessão Legislativa da realizada
em 02/04/20032
Ata da 019ª Sessão Ordinária
1ªsessão Legislativa da realizada
em 03/04/2003 14

Atos da Mesa

Ata da Presidência DP27

Publicações Diversas

Leis27
Lei Complementar28

PLENÁRIO**ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ªSESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA****EM 02 DE ABRIL DE 2003****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI**

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Licio Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Sérgio Godinho, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assumi compromisso com o ilustre Deputado Pedro Baldissera para hoje dialogar sobre o pronunciamento empolgado do Parlamentar, quando mostrou algumas conquistas do atual Governo, do Presidente Lula.

Quero dizer ao ilustre Deputado Pedro Baldissera que também estou feliz por ver resolvido o grave problema do Frigorífico Chapecó.

E aqui, por uma questão de justiça, quero enaltecer o trabalho do ilustre Prefeito Pedro Uczai, nosso ex-Colega, que junto com o Deputado João Rodrigues, com V.Éxa., com o ex-Deputado José Zeferino Pedroso e outras lideranças de Chapecó e de Santa Catarina, além de todos os Prefeitos da região, conseguiram, pelo menos a imprensa divulga hoje, a solução daquele problema que refulamos de muita gravidade, não só pelo prejuízo econômico e financeiro a Santa Catarina mas, principalmente, das pessoas, do trabalhador, do homem simples da lavoura.

Estamos felizes também, Deputado Pedro Baldissera, por tomar conhecimento que o Governo Lula achou a saída para o refinanciamento da dívida do pequeno agricultor. Refinanciamento da dívida. Isso já vem acontecendo ao longo dos anos. Nossos aplausos ao Governo.

Disse ao Deputado Pedro Uczai, e vou repetir, que o Brasil não é esse mar de rosas descrito e colocado pelo ilustre Deputado. O Brasil vive momentos dramáticos, o Brasil vive uma situação terrível! Não vou, evidentemente, acusar o Governo Lula, que assumiu há apenas 90 dias, e não vai, por mais boa vontade que tenha, resolver a situação dramática do povo da forma que nós todos exigimos.

Por outro lado, não posso concordar com o ilustre Deputado Pedro Baldissera quando coloca que o Governo Lula, parece-me, não serve só para ser Conselheiro da ONU, conselheiro do mundo inteiro, como para resolver o problema do Brasil.

Quero fazer aqui esse registro, Deputado Antônio Ceron, porque há muita incoerência no Governo Lula. Tive a calma de buscar a prova dessa incoerência, pois quando ele era Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, fazia uma série de acusações quando tentavam liberar os transgênicos.

Quando falei na Medida Provisória nº 3.113, aliás, coincidentemente 113, o Deputado Pedro Baldissera ficou quieto. Tentou, ao pé do ouvido, justificar que ainda o Governo estava certo nessa medida. E fui buscar os projetos de lei aqui de Santa Catarina.

Primeiro, de autoria do Sr. Deputado Afrânio Boppré, que dispõe sobre as penalidades aos estabelecimentos que comercializam produtos transgênicos.

Depois outro, de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, "que proíbe a utilização de alimentos geneticamente modificados na merenda escolar de escolas públicas no Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

Outro, de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, "que estabelece normas para a exposição e venda de produtos transgênicos no Estado de Santa Catarina e dá outras providências".

E o ilustre Deputado Neodi Saretta fez um projeto de lei, que se tornou lei. E os argumentos usados por S.Exa. realmente esclarecem tudo. Infelizmente, quando somos Oposição faz-se uma coisa, mas quando se é Governo faz-se outra!

Aliás, Deputado Pedro Baldissera, solicito a V.Exa. que, por gentileza, preste atenção no que está no jornal Folha de S.Paulo, do dia 28 de março de 2003. Não é o Deputado Onofre Santo Agostini que está dizendo.

(Passa a ler)

"Lula

Quando a gente é de Oposição, pode fazer bravata, porque não vai poder executar nada mesmo! Agora, quando a gente é governo tem de fazer, e aí não cabe a bravata."

Pronto! Justifica tudo! Quer dizer, quando a gente é Oposição pode mentir, pois bravata é enganar, é mentir! Quando a gente é Oposição pode fazer bravata." Diz o Sr. Lula.

Quer dizer que a defesa da não-comercialização dos transgênicos, defendida pela então Oposição Lula, foi bravata, Deputado Afrânio Boppré?

Quero cumprimentar V.Exa. porque teve uma posição clara desde o primeiro momento. Tanto é verdade que apresentou o projeto de lei. V.Exa. foi claro ontem, inclusive, na sua manifestação.

Mas o que não posso entender, Deputado Afrânio Boppré, é que o Governo Lula defendia, com unhas e dentes, a não-comercialização e a não-produção dos produtos transgênicos. E de repente muda totalmente sua posição e faz, o que é mais grave, uma medida provisória - nem dá oportunidade para que a lei seja votada, porque ela entrará em vigor no momento da sua assinatura - mas o produto continua sendo comercializado.

Mas vejam bem o que diz a Idec:

(Passa a ler)

"Não podemos tolerar a vitória do crime de lobby da Monsanto.

Não podemos tolerar que interesses de meia dúzia de centenas de grandes agricultores gaúchos, criminosos, e de um Ministro 'ladino', o da Agricultura (que nem votou no Lula)."

Quem está dizendo isso é o Idec. E também pede esclarecimento sobre a medida provisória da soja transgênica.

Pois bem, Deputado João Rodrigues, a gravidade do assunto é que a medida provisória ainda tenta enganar, porque só proíbe a comercialização dos produtos transgênicos este ano! O ano que vem está... Aliás, só permite a venda dos produtos transgênicos, a comercialização, no País, este ano. No ano que vem é proibido.

Ora, é brincar com a inteligência do cidadão, do ser humano, porque sabemos que no momento que o produto transgênico entra no mercado, é usado na ração animal, no leite, no pão, etc. Já contaminou tudo. Não há mais como voltar atrás. Se for comercializado, o produto transgênico, colocado em uso, pode proibir porque não adianta mais. Ele já contaminou. Isso é o que dizem os cientistas, Deputado Afrânio Boppré.

Embora tenha ainda 1min30seg, Deputada Ana Paula Lima, pelo amor de Deus, preste atenção ao que vou lhe dizer.

Rede13 - isso, na minha opinião, é crime eleitoral, porque se o projeto é Fome Zero, é um projeto do Governo, é um projeto que tem recursos públicos! Por consequência, não se pode rotular com o 13! Por que não foi com 25? Por que não foi com 45? Por que não foi com 14, com 19, com 28? Tem de ser com o rótulo 13?

Acho que esse rótulo, Rede13, vai trazer prejuízo ao projeto, Deputada! Já encontrei pessoas que não querem colaborar porque está carimbado. E é o único Estado do Brasil que tem a famosa Rede13! Nos outros é Fome Zero!

Queremos colaborar. Agora, não podemos receber o rótulo de Rede13! Inclusive, no meu entender é crime eleitoral, porque a justiça eleitoral no passado mandou proibir Fernando Henrique Cardoso quando ele fazia a propaganda do oito. Lembram V.Exa. do oito anos? Foi tirado de circulação porque era crime eleitoral. E essa Rede13, na minha avaliação é crime eleitoral.

Infelizmente tenho 30 segundos, mas vou ouvir V.Exas. porque é um assunto importante e temos de debater muito sobre os transgênicos.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Onofre Santo Agostini, só queria dizer o seguinte: a frase do Lula a que V.Exa. se referiu, está sendo interpretada fora do contexto. O Lula disse isso exatamente para fazer crítica àqueles que governaram o Brasil a vida toda, e hoje, na Oposição, fazem bravata, e não para justificar a forma como V.Exa. interpretou.

É exatamente no sentido inverso que vem a fala e a explicação...

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI- O jornal mentiu, então? O Deputado mentiu?

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Não! Não estou dizendo que é mentira. Ela está fora do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o tema que está sendo conversado nos corredores desta Casa é sobre Ensino a Distância. E ontem recebemos a visita de um grupo de professores e o Reitor da Udesc.

Vou me manifestar sobre este tema no dia de hoje porque sou há muito tempo um defensor ardoroso dessa modalidade de ensino. Além de moderno, eficiente, prepara os professores para o cumprimento da LDE - Lei de Diretrizes da Educação, que prevê que até o ano de 2006 todos os professores devam ter curso superior.

Esse projeto iniciado pela Udesc é avançado. Procura alcançar a melhor forma possível de se dar aos interessados, aos alunos, aos professores e aos cidadãos, homens e mulheres do interior do Estado e cidades como Passo de Torres, Bom Jardim da Serra, enfim, 160 Municípios, que nunca ouviram falar e nem tinham a possibilidade de um curso superior, uma universidade, e agora tem nas suas cidades esse curso como se fosse um campus avançado, proporcionando às

pessoas que não têm possibilidade de se locomover ou deixar o seu trabalho, na cidade ou no interior, um banco escolar na universidade.

É um trabalho que tem sido, sob o aspecto negativo, criticado. Primeiramente houve uma dúvida com relação à questão pedagógica.

Lembro que alguns Deputados que se manifestavam eram céticos e outros contrários, e questionavam o conteúdo pedagógico. Está mais que comprovado que o conteúdo pedagógico dos alunos do Ensino a Distância é, muitas vezes, superior ao do ensino regular, daqueles que frequentam as aulas. Aliás, frequência também têm os alunos do Ensino a Distância. A Udesc é que está à distância.

O aluno está presente; faz o curso na sexta-feira e no sábado, tem material de altíssimo nível, aulas com vídeo de altíssimo nível, os melhores professores da área de pedagogia do Estado de Santa Catarina. Pode-se dizer que a excelência dos professores da educação são aqueles que dão aula na forma moderna do Ensino a Distância - que não é à distância porque fica em casa assistindo pela televisão, como o programa de 2º grau. O aluno assiste à aula, debate, participa dos módulos, recebe o material (livros com excelente conteúdo, nível e qualidade).

É um modelo que deu certo, está dando certo e quero deixar bem claro àqueles que procuram bombardeá-lo ou criticá-lo, que tenho medo desse modelo daqui a pouco ser bombardeado sob o aspecto que é dito hoje. Mas a Udesc não pode cobrar, tem de ser gratuito.

Defendo o ensino gratuito. Não precisa necessariamente ser público, mas defendo o ensino gratuito. Só que temos de ter o nível do possível! Não adianta queremos dizer que é obrigado, os 16 mil alunos, que é o ideal, receberem gratuitamente o Ensino a Distância da Udesc. Concordo, só que temos que ver se há dinheiro. Pelo que sei não há recursos para isso.

Dei entrada nesta Casa uma emenda no ano passado, e agora novamente, para aumentarmos a verba da educação de 25% para 30%, e esses 5% para ser aplicado no ensino superior gratuito, dando bolsas para que se chegue perto da gratuidade; para os alunos que estudam nas universidades privadas, como Acafe e escolas privadas, porque o aluno é cidadão, portanto, público. Aliás, quem estuda nas escolas privadas do nosso Estado, são os mais pobres.

A grande maioria dos alunos que estudam nas escolas públicas é que tem melhor condição financeira. Infelizmente, é o inverso. A grande maioria da população que estuda na universidade pública é que pode. E os estudantes do sistema Acafe do interior do Estado, a grande maioria, são pobres.

Por isso a nossa proposta de democratizar o ensino, de dar bolsas de estudos para os alunos, porque sai mais em conta para o Estado.

Agora, o sistema da Udesc que defendo não é a cobrança. A cobrança é necessária, se é mais ou se é menos o custo...

Perguntei ontem quanto custa um aluno da Udesc aqui em Florianópolis. O custo é muito maior do que é pago lá. Agora, o material distribuído é de altíssima qualidade.

Então, quero dizer que defendo o Ensino a Distância. Claro que defendo junto ao Governador Luiz Henrique. E ontem falei com Sua Excelência, que disse que vai dar bolsas

de estudos, sim, aos professores do Estado que fazem o Ensino a Distância, através da Udesc. Vai ser gratuito para os professores da rede estadual de ensino. Realmente, isso é uma garantia e me deixou satisfeito.

Agora, não se pode colocar em risco a extinção do sistema do Ensino a Distância, porque quando começarmos a combatê-lo e dizer que deverá ser gratuito, vai ser gratuito, mas não vai ter mais. Essa é a colocação que faço, e advirto os Deputados que fazem essa crítica.

Essa crítica é oportunista e demagógica, e vai acabar com o Ensino a Distância, tenho certeza. Deixo bem claro que os que fazem isso hoje, e na boa intenção também de quererem o Ensino a Distância, poderão ter a consequência de perdê-lo, que hoje é ouro, o que o nosso povo do interior achou para poder fazer sua faculdade.

O Sr. Deputado Celestino Secco - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Celestino Secco - Agradeço, Deputado.

Cumprimento V.Exa. por trazer esse tema, que hoje foi objeto de discussão na Comissão de Educação.

A Deputada Simone Schramm fez um comunicado para dizer da qualidade do Ensino a Distância, porque a maioria dos professores que passaram no último concurso tiveram a formação no Ensino a Distância.

Em segundo lugar, esse projeto é tão bom que já está sendo executado pela Udesc nos Estados do Maranhão, Ceará e da Bahia. E Cuba está vindo para comprar esse modelo, e já há uma proposta de levá-lo para o Canadá.

Portanto, é um modelo que devemos, como V.Exa. disse, preservar e proteger pela sua grandiosa importância. Além do mais, temos de cumprir a Lei de Diretrizes e Bases até 2006. E se esse catarinenses quiser fazer Pedagogia numa universidade pública ou numa faculdade privada, pagará, ao invés de R\$120,00, R\$500,00.

Cumprimento V.Exa. por trazer esse tema.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, Deputado! É uma colocação importante.

Temos uma das melhores universidades de Administração do Brasil, referência nacional, nos moldes da Fundação Getúlio Vargas, que é a Esag.

Faço um desafio à Udesc para que faça, nos mesmos moldes do Ensino a Distância, um para o curso de Administração, porque temos muito pequenos e médios empresários.

Deputado Genésio Goulart, V.Exa. que é um empresário bem sucedido, quantos colegas seus gostariam de fazer um curso de Administração, mas não podem fazê-lo num curso normal, mas que poderiam fazer numa sexta-feira, num sábado através do Ensino a Distância, que tem qualidade científica, técnica e didática da Udesc, através da Esag?

Se pudéssemos proporcionar, no interior de Santa Catarina, às pessoas o curso de Administração... No passado não se vivia sem o curso de Direito! Quem quer levar o País para a frente, quem quer ter um desenvolvimento tecnológico avançado, quem quer ter produtividade e competitividade precisa ter curso de Administração.

Por isso fica o nosso desafio à Udesc para levar também para o Ensino a Distância o curso de Administração da Esag, que é modelo para o Brasil. E poderíamos socializar esse conhecimento com todos aqueles interessados do interior de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Romildo Titon, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar, com muita satisfação, o aniversário do Município de Campos Novos. São 122 anos de emancipação político-administrativa, completado no dia 30 de março.

Esse Município tem uma história a ser contada ao Estado catarinense pela sua produção, pujança, por aquilo que representamos no contexto do nosso Estado.

Campos Novos, nos seus 122 de fundação, já teve como Distrito Videira, Tangará, Herval d'Oeste, Joaçaba, Piratuba. Enfim, todos os Municípios que estão na região do Meio-Oeste catarinense, praticamente a maioria pertenceu, no passado, a Campos Novos.

Hoje esse Município é reconhecido por este Poder, pelo Estado de Santa Catarina como o Ceileiro Catarinense pela produção de grãos, pela maior concentração de cooperativas e pela maior capacidade de armazenamento.

No dia da fundação de Campos Novos lá estiveram presentes o Governador e mais de 20 mil pessoas, que presenciaram as novas tecnologias, as novas oportunidades de produção que ofereceram através da Coopercampos, que mostrou o que é o Município de Campos Novos, a sua qualidade, a sua produção, a sua pujança, o que sua gente realmente produz.

Ao completar 122 anos de fundação, num acontecimento histórico, como é de conhecimento dos Srs. Parlamentares, recentemente faleceu o Prefeito eleito, Bruno Schaly, e alguns meses atrás o vice-Prefeito renunciou.

Conforme as Constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica dos Municípios, que segue a Carta Magna, passados dois anos de administração haverá uma eleição indireta, ou seja, o Prefeito e o vice-Prefeito serão eleitos pela Câmara Municipal.

O Deputado Antônio Ceron que conhece perfeitamente a história daquele Município, também acompanha esse momento histórico que vive Campos Novos.

Segundo informações que tivemos, poucos casos no Brasil aconteceram com a vacância do cargo dessa natureza de Prefeito e vice-Prefeito.

Após a morte do Prefeito e a renúncia do vice-Prefeito, está exercendo o comando da Prefeitura o Presidente da Câmara de Vereadores.

Agora foi marcada a eleição, conforme a Constituição estabelece, e em 30 dias deve ser feita eleição, mesmo que indireta. Esse embate eleitoral está marcado para o próximo dia 12, com apenas os 13 Vereadores de Campos Novos.

Foi estabelecida uma resolução dando condições para todos. E qualquer cidadão que pretenda se inscrever para ser candidato a Prefeito e a vice-Prefeito, deve estar filiado a um Partido há mais de um ano; que os Partidos devem fazer suas convenções e coligações, se assim desejarem, conforme estabelece a legislação eleitoral.

Estabelecido esse processo, os Partidos começaram a fazer suas convenções, indicando seus candidatos.

O nosso Partido, o PMDB, já fez a convenção na última segunda-feira, quando foi apresentado o nome do Vereador Nelson Cruz, Prefeito em exercício, para disputar a vaga de Prefeito, e do Vereador Cirilo Rupp para o candidato a vice-Prefeito na chapa.

Dessa forma, os outros Partidos também estão fazendo as suas convenções, encaminhando e registrando as chapas no tempo hábil para que haja essa disputa.

Assim, sairá do momento difícil, a sociedade de Campos Novos, que vem enfrentando ao longo dos meses pelo estranho fato acontecido na história de Campos Novos.

Foi detectado pelo próprio ex-Prefeito um desvio de mais de R\$3 milhões dos cofres públicos e que foi, sem dúvida alguma, levado à Justiça. Muitas pessoas foram presas, e já estão soltas, e o processo continua.

Por esse motivo houve a renúncia do vice-Prefeito, causando toda essa problemática, fazendo com que, praticamente, o Município de Campos Novos há mais de um ano ficasse totalmente parado, com poucas ações de investimentos, de execução de obras.

Em toda a sua história, podemos dizer que nesses 122 anos, pela primeira vez, em um mandato assumiram quatro Prefeitos. E agora será o quinto, com a eleição do dia 12.

Acreditamos ser o final de uma novela que denegriu a imagem de Campos Novos, e o Prefeito eleito, seja de que Partido for, haverá de resgatar a imagem do Município para poder fazer com que os campos-novenses tenham realmente uma administração presente e continue comandando os destinos daquele Município.

Registro aos Srs. Parlamentares essa história por ser um fato inédito em Santa Catarina, principalmente no Município de Campos Novos.

Acreditamos que a partir do dia 12 essa novela acabará e teremos frente à Prefeitura um Prefeito, embora não eleito pelo voto popular, conforme é o desejo da sociedade, mas cumprindo o que estabelece a Constituição, através de uma eleição indireta, eleito pelos 13 Vereadores, e terá a mesma responsabilidade se fosse eleito pelo voto popular.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, quero que fique registrada nesta Casa a visita das pessoas da terceira idade da cidade de Blumenau, o Grupo Movimento é Vida, que vieram aqui prestigiar a nossa sessão, e me incumbiram de entregar um presente à Mesa. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Sejam bem-vindos a esta Casa. Esta Presidência deseja que se sintam bem no nosso meio para um melhor aproveitamento de conhecimento de como funciona este Poder.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PL.

(Pausa)

Na ausência da representante do PL, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de Deputados do PTB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência dos Deputados do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado João Paulo Kleinübing, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, quero fazer uma saudação especial às senhoras que nos visitam, do Grupo Movimento é Vida, da terceira idade, de Blumenau.

Queremos que mais grupos, não só de Blumenau, mas de todo o Estado de Santa Catarina venham acompanhar e ver como funciona esta Casa, e levar para suas casas, suas famílias aquilo que acontece aqui, o que estamos fazendo pelo nosso Estado, o que estamos fazendo pelas nossas regiões.

Muito bem-vindas a esta Casa.

O assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, no dia de hoje, é para também demonstrar a minha frustração, a minha decepção com a notícia veiculada hoje nos jornais do Estado e do Brasil sobre mais um adiamento da definição da novela da BR-101, que começou, é bem verdade, há um bom tempo, mas que continua, por essa negligência, matando, impedindo o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, impedindo uma maior integração do Sul do Estado e do Sul do Brasil com as outras regiões.

Precisamos realmente ter o encaminhamento definitivo com relação à BR-101. O que queremos é uma solução definitiva, porque essas postergações... Marca-se uma data e dizem que é para daqui a 60 dias, e daqui a 60 dias com certeza mais um tempo será pedido. E serão mais 30, 60, 90, e não se vai chegar a uma solução.

Porém, as vidas que estão se perdendo ao longo dessa rodovia não podem mais esperar.

Além da questão da duplicação da BR-101 Sul, que tem mobilizado as atenções das lideranças políticas catarinenses, especialmente as do Sul de Santa Catarina, quero lembrar um fato que a Deputada Ana Paula Lima e este Deputado procuramos sempre levantar nos Fóruns das Estradas, que fazemos parte: a discussão em torno da duplicação da BR-101, no trecho Sul, não apague a discussão com relação à manutenção e o estado de conservação do trecho Norte, do trecho já duplicado da BR-101.

Nesse sentido, na última reunião do Fórum Permanente das Estradas, encaminhamos um pedido para que fosse chamado para uma reunião o Superintendente do Denit no Estado de Santa Catarina, para dar explicações a esta Casa e à sociedade catarinense as possibilidades de manutenção e a programação de recuperação do trecho Norte da BR-101, que tem as mortes reduzidas, embora haja atropelamentos e outros tipos de acidentes, mas por excesso de velocidade tenham aumentado.

A má conservação da rodovia, o acúmulo de água na pista têm causado acidentes muito severos no trecho Norte da BR-101.

O SR. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Quero fazer uma correção. V.Exa. disse que essa história virou uma novela. Mas, isso comparado à novela que o Governo Fernando Henrique fez da BR-101 é um comercial. Sessenta dias da novela que se transformou a BR-101, é um comercial!

Quero dizer também que estamos inaugurando a era da responsabilidade do Governo. Tivemos contrato com o banco japonês, que saiu. Não há, então, o fechamento do recurso para essa duplicação. E não adianta o Ministro anunciar uma obra irresponsavelmente sem ter a garantia dos recursos.

É plenamente justificável esse adiamento. E isso, comparado, é um comercial.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Disse que a novela começou há muito tempo! E muito tempo atrás não são 90 dias.

Fiz jus à menção de V.Exa. Não estamos aqui simplesmente criticando o Governo. Na verdade, a novela começou, sim, há muito tempo, assim como a novela da BR-470, que corta o Vale do Itajaí, que preocupa todos nós, porque tem impedido um maior desenvolvimento da região do Vale, tem tirado vidas naquela região, e por isso também merece atenção especial do Governo.

Volto a dizer que a solução que chegou a ser ventilada pelo Sr. Governador, de consulta plebiscitária à população do Vale do Itajaí sobre "sim" ou "não" ao pedágio, não nos atende porque não se pode transferir a responsabilidade para a sociedade.

O governante tem uma grande desculpa: "Vocês não quiseram a estrada porque não quiseram o pedágio!". Está-se impondo à sociedade a decisão se quer a rodovia com pedágio ou esperar, não sei quanto tempo, até a sua conclusão.

O Sr. Deputado João Rodrigues - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado João Rodrigues - Quero parabenizá-lo pelo assunto que V.Exa. levanta na tribuna desta Casa e até para conhecimento de todos, principalmente dos visitantes, para saber que a atuação de V.Exa. tem sido decisiva em defesa dos interesses de Santa Catarina.

Mas, pedi o aparte até para completar o assunto abordado anteriormente pelo Deputado Onofre Santo Agostini, quando frisou a questão do Frigorífico Chapecó, porque passou pelo esquecimento.

Observando atentamente as declarações do Deputado Pedro Baldissera quando questionava o investimento do dinheiro público em empresas privadas, o caso do BNDES com o Frigorífico Chapecó, deu a impressão de que este Deputado defendeu desde o primeiro momento que o Governo investisse todo o seu dinheiro para salvar o Grupo Macri. Pelo contrário, o nosso objetivo nunca foi esse! Foi que o Governo, através do BNDES, assumisse a sua responsabilidade, como de fato assumiu, para equacionar o problema do frigorífico.

De fato ocorreu isso ontem à tarde, com o anúncio de um grupo francês que vai assumir o Frigorífico Chapecó daqui por diante.

É importante mencionar isso, porque precisamos ter um discurso mais reto, mais direto e não um discurso preso ao passado.

Recentemente ouvi o Deputado Pedro Baldissera criticar muito o capital estrangeiro, cobrava muito o investimento estrangeiro no nosso País! Criticava e questionava que essa não era a política mais correta, dando a impressão que o PT ainda estivesse na Oposição.

Então, gostaria de aproveitar a oportunidade e pedir permissão ao Partido dos Trabalhadores que nos deixe fazer oposição, porque agora é a nossa vez de fazer uma oposição bastante ciente e ética, e acima de tudo, cobrar as ações do Governo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - E é o que todos nós estamos fazendo, Deputado João Rodrigues. Acho que todos que conhecem a situação da agricultura, do pequeno agricultor em Santa Catarina, ficaram aliviados com a decisão sobre o Frigorífico Chapecó, que, sem sombra de

dúvida, vai ficar aliviada a situação de desespero que se encontra o pequeno agricultor de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Quero parabenizá-lo pelo tema e dizer que entendemos que em dois ou três meses não era possível ter feito muito mais do nada que foi feito.

O que questionamos é a falta de coerência. E aí gostaria de torcer, Deputado Dionei Walter da Silva, para que na próxima eleição o PT tenha também a responsabilidade de não prometer aquilo que não pode executar. Esse é o grande problema.

Para eleger valeu tudo. Prometeu-se o que era impossível, mas agora temos que ter responsabilidade. Só que aquele eleitor que digitou o voto, imaginou que tudo aquilo era realidade.

Agora já se fala que 100 dólares como salário mínimo é um compromisso para ser implementado ao longo dos quatro anos. Não é mais o compromisso de abril deste ano.

Essa é a questão que queremos discutir: se ganhou a eleição com uma proposta, se está dentro da responsabilidade - que entendo deva ser a atividade política no exercício do mandato - para conseguir esse mandato.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Apenas quero questionar a colaboração do Líder da Bancada do PFL, quando fala de incoerências.

Quero saber qual a incoerência que está se referindo. A do PFL, que governou este Brasil todos os tempos e agora está querendo cobrar do PT que resolva em poucos dias? Qual é a coerência? Quem está sendo incoerente neste momento? É preciso refletir antes de fazer acusações.

Com relação a fazer oposição, faz parte da democracia. Inclusive, se o PFL precisar o PT oferece um cursinho rápido e bem dirigido para aperfeiçoar o processo.

O Sr. Deputado Antônio Ceron (Interferindo) - Quem sabe possamos oferecer um cursinho de como se governa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Atendendo solicitação do Deputado Antônio Ceron, o PFL e o PT podem fazer uma troca, o PT ministra o curso de oposição e o PFL, por sua vez, ministra o curso de como ser Governo, de como resolver, de como tratar as coisas com objetividade no Governo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Romildo Titon, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no último sábado estivemos na cidade de Lages, onde estava presente também o Deputado Onofre Santo Agostini, participando de uma reunião da Federação dos Bombeiros do Estado de Santa Catarina, Fecabom, quando foi eleita a nova diretoria, ocupada pelo bombeiro voluntário Cesário Flores de Oliveira, Vereador do Município de Lages, um grande batalhador pelas causas dos bombeiros comunitários do Estado de Santa Catarina.

Naquela oportunidade tivemos um grande debate com relação à questão dos bombeiros em nosso Estado. Principalmente no que tange aos bombeiros comunitários, linha de pensamento que defendemos, juntamente com o Deputado Onofre Santo Agostini, que já foi presidente de honra da entidade quando Presidente desta Casa, da mesma forma que este Parlamentar ocupa uma das presidências de honra, eleito pelos próprios bombeiros do Estado de Santa Catarina.

Na ocasião, além de empossar a nova diretoria, também voltou à tona o debate com relação à distribuição dos recursos, que está contido no Orçamento do Estado de Santa Catarina, para ajudar os bombeiros do Estado de Santa Catarina.

O Deputado Onofre Santo Agostini é testemunha da nossa grande luta na tentativa de fazer com que esses recursos que estão no Orçamento possam ser distribuídos com mais clareza, com mais igualdade para as duas correntes de bombeiros que existem no Estado de Santa Catarina. A Abevesc e a Fecabom. Estão no Orçamento deste ano R\$1.710 milhão aos bombeiros do Governo do Estado. Apenas R\$250 mil estão destinados para a Fecabom, e R\$1.460 milhão para a Abevesc.

Queremos reverter essa situação: que pelo menos 50% seja para cada entidade. Sendo que a Fecabom, que representa os bombeiros comunitários do Estado de Santa Catarina, ou seja, os bombeiros mistos, onde está a participação do Governo através do bombeiro militar e a da sociedade, através do bombeiro voluntário.

Não é possível deixarmos essa discriminação acontecer com uma entidade que tem 42 associadas no Estado de Santa Catarina, enquanto que a Abevesc tem apenas 28 entidades.

Deixarei para dar continuidade ao assunto em outra oportunidade, tendo em vista que o Deputado Ronaldo Benedet, que estava escalado pela Bancada para fazer uso deste horário, já se encontra no Plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, pelo restante do tempo destinado ao PMDB, cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estava em audiência no meu gabinete com Vereadores do Município de Morro Grande.

É com grande satisfação que estamos aqui no dia de hoje, como filiado do MDB - Movimento Democrático Brasileiro - desde 1976, e militante do MDB, fichado pelo Dops - Departamento de Ordem Política e Social - por pensar diferente daqueles que governaram o País durante a ditadura militar.

Não podemos deixar de lembrar o manto da nuvem negra estendida sobre este País durante os anos de 1964 a 1985.

Quero dizer que hoje este País vive com todas as dificuldades: sociais, segurança pública, desemprego, mas é um País institucionalmente democrático.

Como dizia Tancredo Neves: "Enquanto houver uma só pessoa com fome a democracia não estará completa". Ela não é completa no campo social, no campo de distribuição de rendas, mas no campo institucional, graças a Deus, nós a temos hoje.

Sempre dou como exemplo a lembrança dos tempos da ditadura militar, que vivi, quando, por qualquer motivo, recebíamos represálias. Só por pensar diferente daqueles que estavam no Poder, éramos presos, sem direitos políticos. Eram políticos cassados. Não

tínhamos o estado de direito. E o Brasil, de 1964 a 1985, viveu o temor, a falta de oxigênio pela presença da ditadura militar.

Democracia é como oxigênio. Digo sempre aos jovens que se não sabem o que é democracia, façam um comparativo: tranquem o nariz, fechem a boca e vejam quanto tempo conseguem ficar sem ar. Os mais preparados, os não-fumantes, até um minuto e alguma coisa, mais que isso não; embaixo d'água, trançando o nariz e a boca, sem oxigênio não vivemos. E no tempo da ditadura militar era assim.

Hoje não sentimos mais o que é democracia, porque vivemos nela. Os trabalhadores podem fazer greves; os políticos podem se manifestar; os estudantes podem fazer suas manifestações; os sem-terras fazem suas movimentações, enfim, os mais diversos grupos sociais no Brasil se movimentam com liberdade de expressão.

Nós, do tempo negro da ditadura militar, sabemos o que é ter um bom ar para respirar. Valorizamos o ar que respiramos, os dias da democracia, os dias de liberdade, os dias de liberdade de expressão, o dia em que um metalúrgico pode ser Presidente da República.

Naquela época, quando se poderia imaginar que o Lula, um agitador, um líder sindical à época e preso pela ditadura militar, um dia viria a ser o Presidente da República. Um exilado como Fernando Henrique Cardoso, embora Lula e Fernando Henrique tenham sido opositores...

Mas é a democracia que vivemos e ela tem de ser comemorada. E essa semana, a da dita Revolução - mas é a do Golpe Militar de 64 -, tem de ser lembrada, mas não contra os militares, contra a instituição militar, que é uma instituição que deve ser preservada, respeitada e que é tão necessária para o nosso País, mas lembrada que nesse período um cidadão, só por pensar diferente do poder, era preso, morto, perseguido e cassado.

E hoje o poder do Estado não dá conta nem mesmo de meia dúzia de bandidos, que se alojam nos morros e nas favelas e, às vezes, nos edifícios mais luxuosos das grandes cidades do nosso País. Esse é o comparativo que se faz: momentos de democracia.

E queremos dizer que a democracia existe, acima de tudo, para defender o cidadão e para garantir igualdade de condições, igualdade de expressão, igualdade na distribuição de renda para as pessoas para que elas possam também ser iguais, liberdade de expressão e de opinião, e o aprofundamento das instituições democráticas no nosso País.

Por isso, não podíamos, nesta semana, no nosso pronunciamento, deixar de lembrar os tempos negros da ditadura militar. Que ela nunca mais volte! Que todos nós, com espírito democrático, sejamos os vigilantes da democracia!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Baldissera, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, gostaríamos de fazer uma pequena referência ao nobre Colega Onofre Santo Agostini, que está hoje presidindo a nossa sessão, dizendo o seguinte: V.Exa. já foi Prefeito, Deputado reeleito, Presidente desta Casa, e tem, portanto, sem dúvida alguma, um largo conhecimento e uma experiência estrondosa.

Reconhecemos isso e sentimo-nos felizes por V.Exa., dentro da sua vida pública, reconhecer essa grande atitude do nosso Presidente Lula, quando ele fez uma grande inversão de prioridade, que até então nenhum Governo olhou com tanto carinho, com tanta atenção aqueles e aquelas que eternamente, pelos poderes públicos, foram excluídos. E o Lula fez o processo inverso: o de inclusão social dessas famílias, dos pequenos agricultores.

Sinceramente agradecemos, de coração, por esse grande reconhecimento, Deputado Onofre Santo Agostini, ao nosso Presidente Lula.

Mas, queremos nos ater, neste horário do Partido, a um assunto importante e significativo que o nosso Partido, o PT, tem debatido em diferentes momentos e situações, que é o tema Saúde.

Quem sabe até, quando falamos em Saúde, vem a nossa cabeça uma série de problemas e de dificuldades. Enfim, sentimos também um próprio descrédito do serviço público da Saúde por parte da própria população.

Mas, queremos reconhecer também que nos últimos 50 anos houve, sim, avanços significativos e importantes no campo da Saúde.

No entanto, a lógica perversa do modelo capitalista fez da Saúde um negócio altamente lucrativo.

A idéia equivocada de que tudo deve funcionar em razão do lucro, exclui multidões de catarinenses e de brasileiros dos serviços de Saúde. Em nome dessa palavra, em nome do lucro, muitas pessoas são excluídas do processo de atendimento de saúde em nossa sociedade.

Aos privilegiados, controladores das riquezas produzidas pelo conjunto da sociedade, desde que botem a mão no bolso, estão assegurados todos os serviços, e, diga-se de passagem, os melhores atendimentos, os melhores serviços.

Porém, para a imensa maioria dos trabalhadores, o acesso aos serviços de Saúde de qualidade é apenas um sonho, uma utopia. A exceção são aqueles pessoas que chegam aos centros de referência, depois de percorrerem muitos e muitos quilômetros, de esperarem em filas e de cansarem de esperar dias e meses.

Em 1988, os Constituintes idealizaram o SUS - Sistema Único de Saúde -, com o objetivo de universalizar o acesso à Saúde e, o que é mais importante, com o grande propósito de garantir a prestação dos serviços de qualidade para todos.

De lá para cá vimos muitas coisas. Só não conseguimos ver a democratização do acesso à Saúde e a efetiva melhora da saúde pública. Isso não conseguimos perceber.

De um lado, percebemos alguns poucos governantes, aliados a alguns setores da sociedade civil, fazerem um grande esforço, um esforço quixotesco para ampliarem os recursos financeiros, humanos e materiais empregados nos serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde.

Do outro lado, vemos a maioria dos Governantes e boa parte das elites fazendo um esforço descomunal para desqualificar o Sistema Único de Saúde. E claro que, por detrás de tudo isso, com o grande propósito de poder, num curto espaço de tempo, privatizar toda a Saúde, de modo que os mercenários da doença alheia possam ver ampliadas as suas possibilidades de lucro fácil.

Poderíamos neste momento, nesta tribuna, citar outra forma de articulação e de organização dos serviços de Saúde. E nessa terceira situação, o poder público com a atribuição de investir em infra-estrutura desde hospitais, equipamentos caros e sofisticados, postos de saúde, treinamento de pessoal auxiliar, dentre outros. Tudo isso para ser administrado ou estar à disposição de indivíduos e de grupos privados, que passam a ganhar rios de dinheiro às custas de investimentos públicos.

Dessa realidade não foge o modelo de gestão adotado nos hospitais regionais públicos. Relaciono aqui alguns problemas do Hospital Regional do Oeste, sediado em Chapecó, que se arrastam desde a sua instalação. O mais grave de todos é a relativa ausência do Estado, uma vez que nunca se dedicou politicamente e decidiu-se de uma forma política quanto ao que de fato quer e qual seria o seu exato grau de responsabilidade junto ao Hospital Regional do Oeste.

Ora o Hospital faz parcerias com instituições privadas; em outros momentos inventa os tais consórcios intermunicipais; ora assume alguns encargos, tais como a folha de pagamento e alguns pequenos investimentos emergenciais dentro do hospital - em obras físicas ou aquisição de equipamentos -, claro que sempre respeitada, nesse campo, a eventual boa-vontade existente.

Em síntese, as ações do Estado, nos diferentes Governos que se sucederam, são dispersas, ocasionais e jamais resolveram os problemas existentes ou asseguraram um caráter de continuidade aos serviços demandados pela população.

Além de tudo isso, o Hospital Regional de Chapecó padece de outros problemas endêmicos: funcionários submetidos à jornada de trabalho dupla, em face da demanda de serviços e da escassez de pessoal; descumprimento da legislação trabalhista, provocando infinitas demandas judiciais, com despesas e prejuízos adicionais à instituição; equipamentos com problemas técnicos - ficam meses sem que possam ser utilizados porque não são levados a conserto; falta de médicos especialistas, de enfermeiros e de auxiliares; frequentes denúncias de que profissionais ligados ao Hospital Regional estariam efetuando a cobrança de valores adicionais, o famoso "por fora" de familiares de pacientes em estado grave, em procedimentos não eletivos.

Desta tribuna, queremos fazer um grande apelo ao Governo. Dirigimo-nos ao Secretário da Saúde para que nesse aspecto sejam tomadas as medidas necessárias para que possamos resolver esse grave problema por que passa o nosso Hospital Regional.

Aproveitando a descentralização do próprio Governo, com certeza o Sr. Luiz Henrique da Silveira olhará com muito carinho e atenção a descentralização e o atendimento às pessoas lá, porque acredito que, como Sua Excelência já foi Prefeito, conhece profundamente a realidade dos nossos Municípios.

Essa é a esperança do povo da região do Oeste, das redondezas de Chapecó, do Extremo Oeste e das pessoas de muitas outras regiões espalhadas pelo Estado, que são carentes dessa necessidade. Elas deixarão de percorrer 700, 500, 400 ou 200 quilômetros e terão lá no seus Municípios os atendimentos especializados para que não coloquem em risco a própria vida.

Acreditamos, fielmente, nessa iniciativa e na convicção de que realmente dessa vez tenhamos na região mais distante do Estado esse atendimento.

Lá há pessoas que pagam impostos e que contribuem para a arrecadação do Governo do Estado. Portanto, elas esperam ansiosamente o retorno dos investimentos para que tenham uma qualidade de vida mais digna.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo por trazer à Casa, mais uma vez, esse tema que envolve todos os catarinenses, que é a questão da Saúde.

Pensamos que o atual Governo, que está no comando há apenas 90 dias, deve inverter um pouco a prioridade. Passamos aqui quatro anos questionando mais ações na área da Saúde. Já nos pronunciamos desta tribuna, neste mandato inclusive, sobre essa questão que afeta também a região Norte. Nos hospitais de Joinville as pessoas ficam duas, três ou quatro horas em macas porque não têm sequer médicos para atendê-las.

Hoje pela manhã estivemos numa audiência com o Secretário da Saúde, quando falava da sua preocupação para melhorar o atendimento nos hospitais regionais. Ele colocou, inclusive, uma proposta, que ainda está em estudo, de se criar um fundo que possa gerenciar e fazer com que os hospitais tenham autonomia financeira e administrativa.

Mas, pelo pronunciamento de V.Exa., fica claro para nós, Deputados, que o Governo do Estado tem que investir mais dinheiro na Saúde, porque, caso contrário, não conseguiremos dar a atenção que as pessoas que vivem no Estado precisam e merecem.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Agradeço pelo seu aparte, nobre Deputado.

Srs. Deputados, para encerrar gostaria de dizer que em 2001 o Estado deixou de aplicar, de acordo com a lei, R\$18 milhões! Quanta coisa poderia ser feita nas nossas regiões!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, desejo registrar, com muita satisfação, a presença nesta Casa do ilustre Prefeito de Calmon, João Batista De Geroni, que veio a Florianópolis a serviço daquela comunidade e para tentar levar a notícia do reinício das obras daquela estrada que, infelizmente, pararam em dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Sr. Deputado Antônio Ceron, comungo com o pensamento de V.Exa.

Aproveito também para dizer ao ilustre Deputado Pedro Baldissera que assino embaixo o pronunciamento de V.Exa. Realmente o SUS deixa muito a desejar. Quanto à colocação feita sobre os hospitais, quero dizer que Curitiba passa pelo mesmo processo do Hospital de Chapecó.

Parabéns pelo seu pronunciamento e quem sabe nós, Parlamentares deste Poder, possamos resolver a questão. O Hospital de Chapecó já melhorou. Antes não tinha nenhum equipamento para o combate do câncer, mas hoje já está equipado, facilitando que os doentes não precisem mais se deslocar até a Capital.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Vieira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, neste horário do PPB queremos apenas lembrar que todos nós, Deputados, no dia 1º de fevereiro, fizemos um juramento: uns disseram assim o prometemos, com relação à Constituição; outros disseram assim eu prometo; e outros, simplesmente, assim prometo. Mas todos juraram e prometeram cumprir a Constituição Estadual.

Da mesma forma, o Sr. Luiz Henrique, quando assumiu o alto cargo de Governador do Estado, também jurou cumprir a Constituição. E é em cima desse juramento de cumprimento à Constituição que hoje faço, através deste horário do meu Partido, uma comunicação ao Plenário de descumprimento da Constituição pelo Governo do Estado.

O PPB estará apresentando hoje - ou, no mais tardar, amanhã -, na Comissão de Constituição e Justiça, um pedido de sustação de um decreto estadual que contraria a Constituição, a Lei nº 4.320 e a Lei Orçamentária.

Embaixo a minha afirmativa no art. 42 da Lei nº 4.320, que diz que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo. Mas permite sempre que na Lei Orçamentária tenha um dispositivo, ou na própria Constituição, que dê ao Executivo alguma folga de suplementação orçamentária.

A nossa Constituição, através do art. 120, dispõe que:

(Passa a ler)

"Art. 120 - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, estruturados em programas governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo, procedidas da realização do Congresso Estadual de Planejamento Participativo, de acordo com o disposto em lei complementar.

§ 8º - A lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto para autorizar:

I - a abertura de créditos suplementares, até o limite de um quarto do montante das respectivas dotações orçamentárias."

O art. 6º da Lei nº 12.563, que é a Lei Orçamentária, diz que o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, durante o exercício financeiro, créditos suplementares até o limite de um quarto das dotações orçamentárias a que se refere o art. 120, § 8º, inciso I, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320.

Notem que existe uma Lei nº 4.320, que estabelece as técnicas orçamentárias e financeiras para a União, os Estados e o Município, e que temos a Constituição Federal e a Lei Orçamentária, que estabelece uma permissão de até 25% de suplementações orçamentárias para que, se houver necessidade acima de 25%, este Plenário, através de um projeto de lei, possa apreciar essa proposta.

Fomos surpreendidos agora com o Decreto nº 84, de 25 de março, que transfere da Reserva de Contingência R\$6 milhões para o gabinete do Secretário de Estado da Informação, para a campanha institucional de caráter informativo, cuja dotação inicial, aprovada em 2002 no Orçamento 2003, era de R\$5.480.000,00, que já sofreu uma suplementação orçamentária, por decreto, no valor de R\$2.781.000,00 e agora, mais R\$6 milhões. O Orçamento de R\$5.480.000,00 já foi suplementado mais R\$8.781.000,00.

Não sei para que se faz e para que se discute o Orçamento, se não é para cumprir o e a Constituição Estadual.

Portanto, é essa a informação que trago aos senhores. Não vou discutir se vai para uma campanha, se é de caráter informativo ou se é meritório ou não. Isso é outra situação!

A nossa colocação é no sentido de que a Constituição veda, a Lei Orçamentária veda e a Lei nº 4.320 veda. O que permite fazer? A vontade de alguém que baixa um decreto inconstitucional e publica...

Deputado Afrânio Boppré, tem coisas que não entendo. E há urgência, inclusive, para fazer por decreto.

Só para terem uma idéia, dos R\$5.480.000,00 - e já foram suplementados, portanto, R\$8.781.000,00 e já tem R\$14.271.000,00 - só foram empenhados até o momento R\$1.633.000,00, valor bem menor do que os originais R\$5.480.000,00 e bem menor, portanto, dos possíveis R\$5.480.000,00 mais os R\$2.781.000,00 e muito menos do que R\$14.261.000,00.

A comunicação que queremos fazer é de que o nosso Partido, o PPB, estará ingressando hoje ou amanhã, no mais tardar, na Comissão de Constituição e Justiça para que, segundo o art. 330 do Regimento Interno, seja possível ao Executivo ou justificar ou correr o risco de que esse decreto seja sustado por esta Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Sr. Deputado, estou tomando conhecimento desse decreto neste momento, porque V.Exa. traz o assunto ao Plenário.

Quero dizer que se de fato essas informações se confirmarem... E considero informações que merecem, por parte do Legislativo Estadual, medidas, já que as considero graves, uma vez que invade uma competência que é do Legislativo Estadual.

Diante disso, devemos tomar todas as providências e, inclusive, acionar a Comissão competente, que agora não sei como se denomina. Antes era a Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pelo art. 330, encaminha-se à Comissão de Constituição e Justiça, que encaminha uma solicitação de informação ao Governo do Estado, que, após recebido e analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, poderá arquivar o pleito ou submeter o decreto legislativo a este Plenário.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Certo! Então, penso que é merecedor de uma atenção toda especial por parte do Legislativo Estadual.

Por outro lado, quero lamentar, porque na Legislatura passada tive a oportunidade de apresentar nesta Casa um projeto de lei que permitia o acesso dos contribuintes, dos cidadãos e dos Deputados à execução orçamentária do Governo do Estado. Infelizmente, essa iniciativa não prosperou, não contou com a devida atenção, no meu modo de entender. Mas penso que V.Exa. aborda um assunto que traz novamente a pertinência da iniciativa desse projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Inclusive, V.Exa. sabe que na Legislatura passada esta Casa recebeu muitos projetos de lei que suplementavam dotações orçamentárias exatamente porque ultrapassaram os 25%.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Queremos fazer uma afirmação que vai funcionar - e tem funcionado - como regra e como disposição da nossa atividade parlamentar.

Estamos no pleno exercício de uma determinação constitucional, quando estamos fiscalizando. Por isso, com certeza, este Deputado também se soma... Só não quer, de forma antecipada, fazer nenhuma suposição com relação à matéria, que com certeza vamos discutir no âmbito da Comissão afeta a esse assunto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Para complementar, quero dizer que trago, em nome do meu Partido, essa ocorrência, mas não com o objetivo de denegrir quem quer que seja. E até admito que tenha havido um equívoco, que alguém esteja fazendo de forma impensada.

Agora, há necessidade de que este Parlamento dê um basta para que não ocorram coisas que não sejam mais de fácil recuperação para a sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos a Ordem do Dia.

Solicitamos que os Srs. Deputados, por gentileza, registrem o seu nome no painel eletrônico para a verificação de quórum, haja vista que necessitamos de quórum qualificado para a votação da matérias, que são vetos, e que hoje é o último dia de prazo.

Fazemos um apelo aos Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes para que compareçam ao Plenário, pois necessitamos de quórum qualificado.

(Procede-se o registro da presença no placar eletrônico.)

Há quórum qualificado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 00010/2003, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 023/1999, de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, que dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previstas no art. 171 da Constituição do Estado.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovarão o veto e os que votarem "não" rejeitarão o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 30 Srs. Deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 19 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 02015/2002, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 082/2001, de autoria do Sr. Deputado Afrânio Boppré, que dispõe sobre a inclusão no Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec -, as Empresas Estatais Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Em votação.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Na época em que foi criado o Prodec, a Bancada do meu Partido teve problemas na sua discussão. E na minha cidade uma série de empresas privadas conseguiram fazer investimentos através desse programa.

Na verdade não há uma amarração, inclusive é uma crítica a esse projeto do Prodec, de geração de emprego realmente. Gera na hora, passa-se um período e as demissões acontecem.

Mas uma vez aprovado, permitindo-se que a iniciativa privada usufrua desses recursos públicos, não tem nenhum sentido deixar de fora as empresas públicas. Penso que o projeto, nesse aspecto, é muito importante.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, o Prodec foi criado de forma específica para a geração de novos negócios e para o aumento de faturamento das empresas.

O fato de que empresas privadas receberam o benefício do Prodec, foi porque elas conseguiram comprovar que aumentariam o número de empregados e que o faturamento aumentaria, seja porque havia aumento da planta industrial ou a criação de nova planta industrial.

Então, o objetivo do Prodec era esse. Agora, quanto à inclusão de empresas estatais no Prodec, faço uma pergunta: a Casan não tem ICMS e usufrui do quê? O Ciasc não tem. A única que teria é a Celesc. Qual a nova planta industrial que a Celesc iria implantar para gerar mais impostos? Acredito que não! Portanto, votarei pela rejeição do projeto e pela aprovação do veto.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, gostaria de me manifestar pela manutenção do veto. Inclusive, quero também citar a questão da Casan, que está hoje com R\$800 milhões de dívidas. Se ela puder alavancar dinheiro do Prodec, ela vai pegar esse dinheiro para pagar as suas dívidas oriundas da onde? De causas trabalhistas?

Então, o Prodec foi criado para a iniciativa privada e deve ser mantido para isso, porque já é quantidade escassa. Portanto, este Deputado é pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afrânio Boppré, Autor do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, só para esclarecer ao Deputado Sérgio Godinho, quero dizer que no caso da Casan as tarifas de água e de esgoto não estão majoradas com o ICMS, que é o tributo que é a base do benefício do Prodec.

Portanto, são só as empresas geradoras de ICMS e no nosso caso alcança, sobretudo, Sr. Presidente, a Celesc, que é a empresa número um arrecadadora de ICMS do Estado.

O exemplo que o Deputado Sérgio Godinho apontou para orientar a manutenção do veto, neste caso não serve, porque as tarifas de água e de saneamento não estão majoradas pelo ICMS, porque é uma política nacional do sistema de saneamento.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, o Prodec não dá recurso para ninguém. A lei do Prodec é sobre o imposto novo que venha a ser gerado por um empreendimento.

Nesse aspecto e seguindo o espírito da lei, que seja sobre o novo ICMS que a Celesc venha a gerar, não vejo por que ter objeção de que ela também participe. Dentro do espírito da lei, que é do ICMS novo, não vejo motivo nenhum para que ela, aliás, não tivesse sido incluída já no início.

Parece-me, Deputado Afrânio Boppré, que esse é o espírito da emenda de V.Exa. Não contraria em nada o espírito da lei e não vejo por que a Celesc também não possa ser beneficiária do Prodec.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" manterão o veto e os que votarem "não" rejeitarão o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 33 Srs. Deputados.

Temos 17 votos "sim" e 16 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 02019/2002, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 086/2002, de autoria do Deputado Afrânio Boppré, que dispõe sobre a meia entrada para professores da rede estadual, municipal e privada de ensino em estabelecimentos que proporcionem entretenimento e aperfeiçoamento cultural.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" manterão o veto e os que votarem "não" rejeitarão o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 33 Srs. Deputados.

Está encerrada a votação.

Tivemos 14 votos "sim" e 19 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 02024/2002, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 021/2000, de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que institui o Programa Bolsa Familiar para a Educação, e adota outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" manterão o veto e os que votarem "não" rejeitarão o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 32 Srs. Deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Solicito ao Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, Primeiro vice-Presidente da Casa, que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs: 75/2003, de autoria da Deputada Ana Paula Lima; 76/2003, de autoria do Deputado Celestino Secco; 77/2003, de autoria do Deputado Valmir Comin; e 78/2003, de autoria do Deputado Francisco de Assis, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito, ao vice-Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Araranguá, felicitando a comunidade pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa do referido Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos, com o mesmo teor, de autoria dos Srs. Deputados Francisco de Assis e Eduardo Cherem, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Camboriú, felicitando a comunidade pelo aniversário de emancipação do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos, com o mesmo teor, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cherem, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Sociedade Esportiva Bandeirantes da cidade de Brusque, parabenizando: as empresas Irmãos Zen S/A, Engessam Piscinas e Jump pelo apoio dado aos atletas André Baran e Amariel Maffezolli; os integrantes da referida Sociedade pelas conquistas recentes dos dois referidos atletas, bem como pelo vice-campeonato do Banana Bowl, conquistado pela Amariel; e os atletas André Baran e Amariel Maffezolli, respectivamente vice-campeão e capeã do Campeonato Brasileiro da categoria 12 anos da Copa Gerdau de Tênis de Porto Alegre.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Associação de Moradores do Bairro Vila Real da cidade de Balneário Camboriú, parabenizando-o pela eleição da presidência da referida Associação.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Deputados Federais da Bancada Catarinense no Congresso, solicitando providências no sentido de preservar os direitos dos Vereadores, garantindo-lhes os direitos assegurados na Constituição Federal - Capítulo IV, art. 29, inciso IV, alíneas a, b, c.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado João Rodrigues, a ser enviada ao Presidente da República, ao Ministério da Justiça e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando-se favoravelmente à reapresentação de uma proposta de emenda à Constituição Federal que revitalize os termos consignados na PEC 409/2001.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Afrânio Boppré, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre os professores e estudantes negros da rede estadual de ensino e sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Afrânio Boppré, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes às planilhas das medições da obra do contrato PJ-061/2002, lote 001, trecho Morro Grande a Meleiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes à extinção do escritório regional do DER/SC de Bom Retiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência, por solicitação do Presidente titular, gostaria de fazer um convite a V.Exas. para que hoje compareçam à abertura da Festa Nacional da Maçã, sendo que São Joaquim já está presente.

Solicitamos aos ilustres Deputados que, se puderem, compareçam, pois é muito importante prestigiarmos o próspero Município de São Joaquim.

Lembramos também, por determinação do Presidente, para V.Exas. não se esquecerem do jantar da RBS.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, Deputado Valmir Comin, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, faço uso da tribuna no dia de hoje para trazer aqui uma boa notícia, mais especialmente à região Sul do Estado, com relação ao problema do carvão.

O setor carbonífero vem vivendo, já há algum tempo, um clima de instabilidade, principalmente posterior à privatização do sistema de geração de energia, hoje tendo como empresa privada e detentora dessa área a Tractebel.

Tivemos a oportunidade, em todo o setor, de produzir até 300 mil toneladas de carvão/mês. O Deputado José Serafim sabe do que estou falando.

No final do ano próximo passado tivemos a má notícia de que seria restabelecido o contrato original, onde daria-se o parâmetro de 118 mil toneladas. Isso criou uma expectativa muito negativa em todo o segmento da produção de carvão, das mineradoras do Sul do Estado, graças à intervenção de vários segmentos políticos e também, pode-se dizer, da atual Ministra das Minas e Energia, Dilma Vana Rousseff, e da compreensão por parte da Eletrobrás e da Anel na interpretação da lei que dizia que seria comprado 75% da cota de carvão, a média do passado.

Essa interpretação poderia se ver por duas vertentes, uma em termos de 250 mil toneladas e a outra em termos de 118 mil toneladas. E a própria Anel aceitou, acho, dentro de uma posição muito coerente, uma média de 187.500 toneladas. Isso dá um fôlego para o setor, pelo menos, até o final do ano de 2003, onde teremos essa garantia e com certeza a manutenção dos empregos nas mineradoras de carvão em nossa região.

Mas é preciso, para que tenhamos uma definição concreta e uma estabilidade do setor, uma política do Governo Federal voltada ao setor da geração de energia através do carvão. E a única saída que pudemos vislumbrar, a médio e a longo prazos, é, sem sombra de dúvidas, a instalação da usina termoelétrica, um projeto que vem sendo desenvolvido através de uma parceria de empresas, mais especificamente a Carbonífera Criciúma e a Carbonífera Metropolitana.

Pelo nosso entendimento, deveria ser montado um mix, um *pool* para que pudesse ser agregado a esse projeto todos os segmentos do minério de carvão. Dentro desse projeto estaria estabelecida a geração de energia em 440 megawatts de potência líquida. Isso daria, sem sombra de dúvida, um grau muito grande de segurança ao setor carbonífero. Além do que esse projeto viria contemplar a geração de nitrato e sulfato de amônia, insumo indispensável para a geração de fertilizante e a utilização, consequentemente, na nossa agricultura.

Além do mais, essa usina, na sua própria geração, iria consumir 75% dos 100% com material de queima, e 25% seria de carvão bruto, ou seja, seria dispensado o beneficiamento através do processo de água por densidade, o que causa, hoje, o maior grau de poluição nos mananciais, nos córregos, nas

nascentes, onde estão situadas as mineradoras. 25% seriam o aproveitamento dos rejeitos que são jogados fora, o que é feito há mais de cinco décadas.

Então, estaríamos contribuindo econômica, social e ambientalmente. Vejo uma grande perspectiva, mesmo porque, no bojo do subsolo catarinense, riograndense e paranaense, de acordo com os dados do DNPM, o carvão existente é seis vezes maior do que o petróleo já descoberto no País. No entanto, o petróleo representa o grande segmento da matriz energética deste País e o carvão tão-somente 1,2%. Enfim, o que está havendo, na verdade, é um grande descaso.

É necessário resgatarmos aquela comissão criada no Governo Fernando Henrique Cardoso, a qual precisa ser incentivada pelo atual Governo, ou seja, a constituição de uma comissão voltada para a política do carvão.

A Alemanha, para que V.Exas. tenham uma idéia, extrai 72 subprodutos derivados do carvão. No Brasil, é extraído nada mais nada menos do que quatro a seis produtos por falta de tecnologia, de uma política de fomento, de incentivo envolvendo as universidades e os poderes públicos constituídos para promover ações que venham contemplar esse segmento.

Hoje, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, apresentei uma indicação solicitando ao Governador do Estado, através do órgão competente, a sua participação no sentido de que sejam desenvolvidas ações para a implementação de um plano de desenvolvimento sustentado e integrado para a barragem do Rio São Bento, em Siderópolis.

Já apresentei este projeto no mandato próximo passado. Infelizmente, pela situação em que se encontrava a obra não foi possível implementar o projeto.

Mas nós criamos um fórum para fazer o acompanhamento dos procedimentos finais da barragem do Rio São Bento. E vamos, no dia 10 próximo - a imprensa, a TVAL e as lideranças da região -, na comissão do fórum, fazer um vistoria in loco para constatar a veracidade das informações prestadas pela empresa OAS e pela Casan, onde temos certeza de que essa obra está concluída em 100%.

Por isso, a partir deste momento, há necessidade da implantação desse plano diretor, através do Governo do Estado, da Secretaria de Turismo, envolvendo os organismos ambientais, respeitando a legislação do Conama e, evidentemente, os organismos que interessam ao setor turístico, a fim de poder desencadear a ação desse plano auto-sustentável para normatizar a implementação do que haverá de se estabelecer às margens do barragem do Rio São Bento.

Temos lá lindas cachoeiras com mais de 70 metros de queda, grandes nascentes, riachos, trilhas, esporte náutico, turismo rural e o ecoturismo.

Enfim, a própria rizicultura, através do abastecimento de água, a rizipiscicultura, que são potenciais que precisamos saber explorar dentro de uma forma coerente, transparente e com muita responsabilidade.

Por isso, estamos conclamando aos Srs. Parlamentares para que no próximo dia 10, a partir das 10h, possamos ir in loco à barragem do Rio São Bento, a fim de averiguar a veracidade das informações que nos foram prestadas. Se realmente essa obra está concluída, se não está e por que ainda não entrou em operação.

Creio que este é o verdadeiro papel do Legislador.

Então, gostaria que fosse dada uma atenção em especial à nossa região, o Município de Siderópolis, onde 100% dessa barragem está situada.

Por isso, contamos com a participação de cada um, especialmente dessa comissão, para que lá possa se fazer presente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no dia de hoje a Comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa tratou de um assunto extremamente importante, o qual quero debater neste Plenário.

Nós já havíamos criado inclusive um consenso na própria Comissão, a subcomissão do Plano Estadual da Educação. Esse plano é uma determinação da lei federal que instituiu o Plano Nacional da Educação, o qual estabeleceu, inclusive, a década da educação; um esforço em que a União, os Estados e os Municípios devem fazer, concentrados durante 10 anos consecutivos, para erradicar o analfabetismo, para aprimorar o conhecimento dos nossos professores, para elevar o nível e a qualidade de ensino, para combater a evasão escolar, para aperfeiçoar os nossos currículos, a nossa proposta didático-pedagógica, para assegurar um investimento na capacitação profissional e assegurar que no Brasil, dentro de pouco tempo, teríamos uma situação em que nenhuma criança estaria fora da escola.

Este é um plano aprovado nacionalmente e que no seu art. 2º exige que os Estados façam, consequentemente, os seus planos estaduais de educação.

Santa Catarina, Deputada Simone Schramm, que foi Secretária-Adjunta da Educação do Governo anterior e que participa também da Comissão de Educação desta Casa, está atrasada na agenda nacional.

Já faz três anos da determinação do Plano Nacional da Educação e nós ainda estamos sem uma proposta do Governo tramitando nesta Casa. Foi por esta razão, inclusive, que essa subcomissão do Plano Estadual da Educação aprovou, no dia de hoje, o desarquivamento da proposta apresentada pelo Governo anterior com relação ao Plano Estadual da Educação. E estamos propondo, ao mesmo tempo, que seja feita uma audiência pública, na quarta-feira, às 10h30min, na Assembléia Legislativa, a fim de discutirmos a formulação do Governo anterior.

Portanto, vamos contar com a presença de um representante - e o Deputado Celestino Secco ficou com o compromisso de buscar, na Subcomissão, uma representação do Governo anterior, para que pudesse vir aqui sustentar, defender, a fim de que possamos colher subsídios para o debate dentro desta Casa Legislativa -, com a presença, também, do atual Secretário da Educação ou de um representante que ele designar e uma representação do Fórum Estadual de Educação, um fórum que aglutina todas as forças organizadas do setorial de educação neste Estado - o Magistério, os alunos, o setor público, em âmbito municipal, os estudantes e os pais.

Portanto, o Fórum Estadual de Educação estará também participando dessa audiência pública e será uma primeira iniciativa, onde vamos ouvir o representante do Governo anterior, os formuladores do Plano Estadual de Educação do atual Governo e representantes da sociedade, através do Fórum Estadual de Educação.

Então, a Assembléia Legislativa saiu daquela condição de mera espectadora com relação às ações da Educação no Estado de Santa Catarina.

Não vamos ficar aguardando aportar no Plenário, Deputado Reno Caramori, uma proposta do Executivo para depois a Assembléia Legislativa, em tom plebiscitário, dizer se está certo, se está errado, sim ou não.

A partir do interesse da Comissão da Educação, da criação da Subcomissão do Plano Estadual de Educação, vamos ter uma agenda ativa, uma pauta propositiva para discutirmos com profundidade e, sobretudo, com muita participação da sociedade, esse tema, de tal forma que aqui no Legislativo vamos ter uma proposição que tenha capacidade de dialogar com a sociedade e com a própria proposta do Executivo, quando assim for necessário.

Então, quero comunicar que a Comissão de Educação está dando passos; não vai ficar na expectativa; vai ter uma agenda ativa, positiva, uma agenda pródexênio da educação, o que já está assegurado no plano nacional de educação.

Quero também, Sr. Presidente, neste momento, falar sobre a polêmica inicial na sessão de hoje sobre os aspectos de Oposição ou de Situação.

O Sr. Deputados que ocupam a posição de Oposição ao Governo Federal, que esta posição deve ser valorizada porque faz parte do processo democrático, e assim deve ser preservado. Agora, que possamos qualificar, discutir com conteúdo, com qualidade e não ficarmos meramente na superficialidade dos problemas, na mera agitação da propaganda política; que possamos fazer aqui um debate qualificado e de conteúdo programático.

Este é o desafio. Esta é a posição que o PT adotou até então, como Oposição, de discutir proposições. Queremos aqui refazer esse desafio: qualificar o debate a respeito dos grandes temas das sociedades brasileira e catarinense.

Vamos encontrar muitas dificuldades. O Governo Federal vai localizar muitos problemas, isso era sabido por todos. Ninguém foi pego de surpresa. Ontem mesmo dizia da tribuna que o companheiro Lula só é Presidente da República porque a situação da vida do povo brasileiro estava por demais deteriorada. Vivíamos uma crise sem precedentes na história da República brasileira. Então, as dificuldades que o povo já estava vivendo é um dos argumentos, um dos elementos que levou a possibilidade da eleição do companheiro Lula.

Dizia durante a campanha que se o Lula tivesse ganho a eleição em 1989, quando disputou no segundo turno com o Presidente Collor de Mello, fazendo uma comparação, ele ainda teria um franguinho para servir uma refeição, com as suas coxas e peito.

No entanto, de 1989 para cá o projeto político das elites deste País criou um processo de desnacionalização da economia, de desestatização, tirando a capacidade operativa do Governo para intervir em políticas públicas.

Estamos diante de uma situação macroeconômica e isso não se resolve com iniciativas emergenciais. Trata-se de uma postura política, de variáveis macroeconômicas de grande profundidade. Os resultados serão colhidos, parte deles, dentro do período do próprio Governo Lula, e boa parte deles serão colhidos posteriormente a este Governo. Assim como o Lula está colhendo energias, que consideramos negativas, das ações dos Governos anteriores.

Então, faço este apelo para o bom debate político na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - A Presidência lembra que hoje, às 19h, será feito, no hall da Assembléia, o lançamento da Festa da Maça.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Francisco de Assis, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados e funcionários desta Casa, quero fazer três breves comentários. O primeiro deles diz respeito à decisão da Câmara de Vereadores de Tubarão, em função da ação do Ministério Público da Justiça, que determina às Câmaras de Vereadores de Santa Catarina se adaptem à realidade da Constituição Federal. E esta Casa, no ano passado, já fez a sua parte, corrigindo essa distorção que havia entre a Constituição Federal e a Estadual.

E a Câmara de Vereadores de Tubarão, já se adaptando à nova realidade, diminuiu o número de Vereadores de 19 para 10. Acho que é um grande exemplo que está dando para a região Sul e para todo o Estado. Esperamos que outras Câmaras façam isso em breve e que no próximo ano tenhamos um menor número de Vereadores, de acordo com o que prevê a Constituição Federal.

Esta observação é o reconhecimento ao trabalho dos Vereadores da Cidade Azul.

A segunda questão que quero abordar é em relação à empresa Cipla, de Joinville, uma empresa com muitas dificuldades financeiras e que tem hoje 1000 funcionários, são 1000 famílias dependendo daquele trabalho.

No final do ano passado, em função de toda a crise, de toda a situação de dívida da empresa, foi organizada em uma reunião uma comissão, sendo delegado aos trabalhadores a gestão da empresa. Posteriormente, foi criado um conselho administrativo, também composto por trabalhadores que vêm administrando a empresa.

É uma empresa com grandes dificuldades, onde os trabalhadores estavam com os salários bastante atrasados ou recebendo aos poucos os seus vencimentos, mas estão buscando alternativas, as quais passam por financiamentos.

Estive, juntamente com esta comissão, com outros Deputados, com representantes da Prefeitura de Joinville e com representantes do Governo do Estado, participando de uma audiência com a empresa Volvo, em Curitiba, quando naquela oportunidade solicitamos que a empresa não tirasse da Cipla as ferramentas, as máquinas e os equipamentos que produzia para aquela multinacional. Isso ocorreu em dezembro, e não conseguimos evitar.

E na Justiça a empresa Volvo, depois, conseguiu tirar da Cipla todas as máquinas, todos os equipamentos, diminuindo ainda mais a capacidade de produção e, conseqüentemente, adiando o processo de falência.

Mas com muita garra e determinação, esta comissão composta por trabalhadores está revertendo a situação, está dando um ânimo, os trabalhadores estão produzindo, e, quem sabe, a Cipla retorne ao cenário econômico de Santa Catarina como uma grande empresa que inclusive produziu para o consumo da sua linha doméstica.

O terceiro assunto que também está na mesma esteira diz respeito ao Frigorífico Chapecó, quando alguns debates foram feitos aqui, alguns mais acalorados, ocasião em que este Deputado também participou de alguns deles.

Nas intervenções discutia-se o que se fazia em Santa Catarina, o que os políticos, os Prefeitos da região e os Partidos estavam fazendo para dar fim à crise que o Frigorífico Chapecó passava.

Apenas eu me inscrevi, Deputado Pedro Baldissera, para falar do resultado, do que foi possível ser feito, e quero enaltecer o trabalho do Prefeito de Chapecó Pedro Uczai. É verdade que ele não foi o único, porque a sociedade, os Deputados Federais e Estaduais também ajudaram, mas o Prefeito de Chapecó, juntamente com os Prefeitos da região Oeste, conseguiram dar fim à situação de calamidade em que se encontrava os trabalhadores, a empresa e os agregados.

Acho que o que vimos nos jornais mostra com bastante clareza todo o empenho e esforço que foi desenvolvido pelo povo da região Oeste, e hoje temos que reconhecer que o trabalho foi silencioso, sem fazer muito barulho, mas o resultado foi aquilo que imaginávamos que conseguiríamos.

Tomara que a empresa, mesmo com capital internacional, mesmo que tocada por uma empresa multinacional, consiga dar conta e dar alento, vida digna aos trabalhadores, aos produtores da região Oeste.

Então, eu queria enaltecer este trabalho de toda a equipe, que são os Deputados Federais, os Prefeitos e até mesmo nós, os Deputados Estaduais. Mas quero enaltecer, sem dúvida nenhuma, o Prefeito de Chapecó, porque foi ele que, em última instância, coordenava o fórum, indo a Brasília e ao Rio de Janeiro, procurando socorrer. E acho que conseguiu.

Então, parabéns ao povo de Chapecó, aos trabalhadores e aos produtos, em especial a todos nós que de certa forma contribuimos para ajudar nesta situação difícil.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Sem dúvida, é preciso que cada um de nós enalteça o papel desempenhado pelo Prefeito de Chapecó diante desta situação dramática pela qual viviam os agricultores da região de Chapecó e Municípios vizinhos. Inclusive há alguns minutos o Prefeito de Chapecó comunicava-me que nesta manhã estavam reunidos todos os Prefeitos da Amosc, todos os Prefeitos dos Municípios, exatamente no sentido do reconhecimento da intervenção do BNDES, que tem se envolvido, se empenhado para que a empresa francesa pudesse assumir a condução do Frigorífico Chapecó Alimentos.

No mesmo sentido, seria bom fazer uma avaliação do empenho dos diferentes Prefeitos daquela região, da associação e de Municípios de toda a região, uma empresa situada no Rio Grande, outra no Paraná, para garantir o pão na mesa daqueles trabalhadores. Inclusive a empresa não é reconhecida só em nível de região. Além da região, uma empresa que tem influência em nível de Estado, em nível de País e, por que não dizer, em nível internacional, exatamente pela exportação da sua produção.

Eu recebi da diretoria do BNDES, nesta manhã, um pequeno comunicado - e faço questão de fazer a leitura, para levarmos ao conhecimento da população do Estado de Santa Catarina -, o qual diz o seguinte

(Passa a ler)

"A diretoria do BNDES decidiu, nesta terça-feira, no dia 1º, concordar com o arrendamento da Chapecó Indústria de Alimentos pelo Comércio e Indústrias Brasileiras Coimbra.

Ciente dos problemas sociais para a região que o encerramento das atividades da Chapecó provocaria, o BNDES empenhou-se em encontrar uma solução que viabilizasse a recuperação do nível de atividade e a reversão do prejuízo operacional da empresa.

A decisão do BNDES está condicionada à continuidade das negociações, visando definir as condições para o efetivo exercício da opção de compra. O BNDES exigiu também a apresentação do Contrato de Arrendamento, devidamente registrado em cartório, no prazo de 120 dias, a contar a partir de hoje. A empresa também deverá apresentar ao BNDES proposta de destinação dos recursos oriundos do presente arrendamento.

O BNDES entende que a solução encontrada é a melhor para a empresa e para os seus milhares de fornecedores de aves e de suínos, contribuindo, assim, para o crescimento do nível de emprego e renda da região. A Chapecó terá agora condições de se reestruturar e atingir seus índices de abate e apresentar novamente lucros."

Então, esta foi a decisão tomada nesta última terça-feira por parte do BNDES.

Mas recebi agora, em mãos, do Prefeito de Chapecó, a seguinte carta:

(Passa a ler)

"Os Prefeitos Municipais, integrantes do movimento pela solução da crise da Empresa Chapecó Industrial de Alimentos S.A. - Frigorífico Chapecó -, em reunião realizada no gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, na data de hoje, às 09h30min, resolvem em comum acordo:

1º Priorizar o atendimento de demandas de serviços públicos municipais oriundos da empresa Chapecó Industrial de Alimentos S.A. - Frigorífico Chapecó -, na forma de contribuição para o retorno normal das atividades da mesma.

2º Continuar a mobilização de Prefeitos, buscando solução imediata, para que os trabalhadores, agricultores e fornecedores recebam os valores atrasados advindos da crise que assola a empresa Chapecó Industrial de Alimentos S.A. - Frigorífico Chapecó.

3º Manter diálogo permanente com a empresa arrendatária e com a direção da empresa Chapecó Industrial de Alimentos S.A. - Frigorífico Chapecó -, para garantir o pleno desenvolvimento de suas atividades."

Então, é na íntegra um pouquinho daquilo que os Prefeitos da região sentaram, discutiram e tomaram a decisão de encaminhamento.

Muito obrigado, Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Quero agradecer ao Deputado Pedro Baldissera e ao Sr. Presidente pelo minuto que nos foi concedido e dizer que acho que é isso. Por isso fiz questão de fazer esta homenagem aos Prefeitos e ao Prefeito de Chapecó, especificamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Solicito ao Sr. Deputado Francisco de Assis que assuma a Presidência para que este Deputado possa se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Godinho, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo de Santa Catarina, povo da Região Serrana, quero ocupar este espaço, hoje, a fim de convidar todo o Estado de Santa Catarina para conhecer a região de São Joaquim.

A região de São Joaquim está, no momento, fazendo a festa da maçã. E a festa da maçã não quer dizer uma festa, apenas uma festa, uma comemoração. Não uma festa, mas sim uma comemoração, por ser São Joaquim a terceira cidade que mais exporta frutas no País.

A 12ª Festa Nacional da Maçã, que acontecerá em 25 de abril em São Joaquim, é uma festa do Município localizado na serra catarinense. É o terceiro produtor brasileiro e o segundo maior do Estado de Santa Catarina, contando com aproximadamente 705 pequenos produtores, que produzem ou que exportam 65 mil toneladas de maçã, numa produção de 100 mil toneladas.

Então, é relevante que se faça esta colocação, salientando a importância dessa festa, dessa comemoração pelos 705 pequenos produtores, pois São Joaquim, como já disse, exporta 65 mil toneladas e produz 100 mil toneladas de maçã. E a maçã Fuji, produzida na região de São Joaquim, que é a sua especialidade, é considerada a melhor maçã do mundo. E esta mesma maçã é produzida em outra região, mas na região de São Joaquim é considerada a de melhor qualidade do mundo.

A produção ocupa uma área de aproximadamente 4.344 hectares. A safra estimada para este ano é de 100 mil toneladas de maçã, movimentando, anualmente, cerca de R\$60 milhões para a economia do nosso Estado, do nosso País e do Município de toda a serra catarinense, gerando em torno de cinco mil empregos diretos.

Hoje, na região de São Joaquim, a maçã é responsável por 80% do faturamento da região. Diante de todos esses dados positivos, enfatizamos a grande importância econômica e turística da produção da maçã em toda a serra catarinense.

Desta forma, convidamos os Srs. Deputados, com assento nesta Casa, para que participem hoje à tarde deste momento importante para a serra catarinense, ou seja, o lançamento da Festa da Maçã.

Repito, não é uma festa, mas uma comemoração para 705 mini produtores rurais que produzem esta maçã, gerando cerca de R\$60 milhões de faturamento para toda a região.

Então, convido a todos os Srs. Deputados para que participem, como também o povo de Santa Catarina, e prestigiem esta festa e, ao mesmo tempo, conhecerem a serra catarinense, para verificar *in loco* a beleza, o sabor da maçã de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e me incorporar ao seu discurso.

Esta é a verdadeira situação do Planalto Serrano catarinense, e realmente há perspectiva de grandes potencialidades. O que precisa, na verdade, são mecanismos, diretrizes básicas de governo que venham fomentar as iniciativas para desencadear ações, agregações de valores e oportunidade de renda aqueles que lá residem. E se está desenvolvendo, agora, o plantio da uva. Vários empresários estão investindo naquela região, com perspectivas de colher uvas e um vinho de excelente qualidade.

Então, quero parabenizar V.Exa. e dizer mais, que essa região, para poder realmente se desenvolver, há necessidade, dentro desse programa do Prodetur, da inclusão do traçado do caminho das neves, que integra a parte do Rio Grande do Sul, o Planalto Serrano catarinense, indo a São Joaquim e ao Aparados da Serra, interligando a Serra do Rio do Rastro, a Serra do Corvo Branco e, depois, a encosta da Transpolenteira ou a rota dos imigrantes, por baixo da encosta da serra, integrando até a Barragem do Rio São Bento.

É a indústria do futuro. O turismo é a indústria do futuro, ou seja, a indústria sem chaminé.

Por isso, quero parabenizar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Eu queria agradecer a V.Exa. pelo aparte e dizer que o nobre Colega colocou muito bem sobre a necessidade de investimento na Região Serrana, haja vista que ela possui uma das mais belas paisagens do relevo catarinense, onde se tem canyons, planícies maravilhosas, uma vegetação e, diga-se de passagem, o mais alto índice de preservação da natureza.

Então, quem vai conhecer a Região Serrana vê a potencialidade turística, a potencialidade da fruticultura, como o Deputado falou, agora, plantando-se uva e maçã em toda região, que no momento de hoje homenageamos pelo seu lançamento na Festa da Maçã, essa maravilha que é a maçã brasileira, que há mais ou menos 20 anos não tínhamos, e hoje só na Região Serrana conseguimos produzir cerca de 100 mil toneladas de maçã.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Cumprimento V.Exa. por trazer o assunto de São Joaquim.

Em breve nós estaremos prestigiando o lançamento da Festa Nacional da Maçã, mas na linha que V.Exa. colocou, das potencialidades, dos valores que temos. E eu queria aduzir ao seu pronunciamento que temos ainda a Coxilha Rica, uma região do Estado onde ainda se pode tomar água dos riachos, dos rios. Nós podemos pegar uma canequinha e tomar água, que é poluição zero.

Essa região é, com certeza, a região mais linda e que tem preservação ambiental, não cem por cento, mais próximo disso. Coxilha Rica é uma região belíssima, com dificuldade para se chegar lá em função das estradas, mas tem uma potencialidade, principalmente, na preservação do meio ambiente, com água em abundância e com água, ainda, como disse há pouco, que pode ser tomada tranquilamente. Está localizada onde nasce o Rio Pelotas, o Pelotinhas, mas ainda está num Estado em que, quando se fala do problema da água, do momento e do futuro, nós nos orgulhamos muito. E isso nos dá também a preocupação e a responsabilidade para que não levemos àquela região o investimento pelo investimento.

Nós temos que promover o desenvolvimento naquela região, mas preservando esta que de fato é uma grande riqueza que ainda temos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Obrigado a V.Exa. pelo aparte.

Realmente a Coxilha Rica e toda a Região Serrana são exemplos para a Agenda 21. E que possa ser traçado, que possam ser verificadas a conservação da natureza, dos rios, do solo, de toda a natureza, e tem demonstrado isso através do turismo rural.

Pode-se ir até Bom Retiro e ver a natureza estampada, a verdadeira natureza, não a natureza reconstruída, mas a natureza viva, na sua mais verdadeira concepção de natureza, natural, sem agressão ao meio ambiente.

Tínhamos muito pouco, hoje não temos mais nada.

Mas queria convidar a todos para irem até a Região Serrana e dizer que ela precisa ser conhecida primeiramente pela sua beleza, capacidade e potencialidade, para que todo o povo de Santa Catarina possa conhecer o que é aquela região. Coxilha Rica é uma região maravilhosa, totalmente preservada, uma região não explorada, início de toda a colonização de Lages e também de Santa Catarina.

Eu queria, em segundo lugar, parabenizar o Deputado João Rodrigues pelo trabalho de hoje da Comissão de Segurança Pública, da qual fazem parte os Deputados Dionei Walter da Silva, Antônio Carlos Vieira e Wilson Vieira. Esta Comissão de Segurança Pública realmente é importante.

Eu dizia, hoje, na reunião da Comissão, que é a mais importante nesta Casa, não querendo menosprezar as outras, que hoje o problema maior do País e do nosso Estado chama-se Segurança Pública. E eu também parabenizei o trabalho que está sendo desenvolvido até agora pelo Secretário João Henrique Blasi, que tem trabalhado de forma incansável e maravilhosa, participando das atividades da segurança pública, indo no local dos focos dos problemas de criminalidade.

Ficamos estarelecidos pela alta criminalidade do Estado e quero levar ao conhecimento de toda a população que existe na Assembléia Legislativa uma Comissão permanente tratando desta questão da Segurança Pública, da qual faço parte.

Gostaria de enaltecer e dizer que, no meu entendimento, a Comissão de Segurança Pública deve ser atuante não só no momento das reuniões, mas que nós, Parlamentares, que fazemos parte dela, estejamos ligados, diuturnamente, para que possamos cobrar das autoridades responsáveis pela segurança, cobrar dos Estados, da Polícia Militar e Civil, que verdadeiramente possam valer tudo o que queremos, ou seja, segurança para o povo de Santa Catarina.

Não podemos permitir que o povo fique aí à mercê da sorte. Todos nós, um tempo atrás, tínhamos alguém que era vulnerável à insegurança, hoje, estamos todos nós vulneráveis à insegurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Paulo Eccel, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados presentes no Plenário, cidadãos que nos

acompanham ainda nas galerias e telespectadores da TVAL, gostaria de informar que na última segunda-feira estive participando, na querida cidade de Blumenau, de uma importante reunião promovida pela incubadora de empreendimentos de economia solidária da Furb.

A reunião está sendo realizada por aquela universidade uma vez por mês, reunindo todos os movimentos interligados àquela incubadora, na área da economia solidária. Participam desta reunião pequenas associações de apicultores, de catadores de material reciclável, algumas cooperativas, algumas pequenas experiências de autogestão, e a cada mês acontecem essas reuniões justamente para que se dê uma linha a esse movimento, uma orientação, uma formação de economia solidária, que pouco a pouco começa a ganhar impulso no Brasil, na nossa economia.

Quero dizer que a economia solidária é norteada por princípios distintos, princípios que norteiam a economia padrão, a economia tradicional.

Os princípios da solidariedade e da ética é que norteiam os empreendimentos de economia solidária, e é sobre este tema que gostaria de continuar a minha manifestação.

(Passa a ler)

"Nunca a nossa capacidade de produzir riquezas tem sido tão grande e nunca foi tão evidente a nossa incapacidade de colocar a prosperidade a serviço da humanidade. Pior que isso, a coexistência da eficiência produtiva e da derrota humana não é uma triste coincidência. Ao contrário, há uma relação lógica e complexa entre o desenvolvimento do mercado e a prevaricação das condições de trabalho, a depreciação das perspectivas de existência para os menos favorecidos e a negligência suicida em relação ao meio ambiente.

Há uma crise crescente nas sociedades modernas, principalmente a partir do início dos anos 90, que dificulta a ampliação das oportunidades de emprego e renda. No Brasil, especialmente, a abertura econômica estabeleceu um processo de mudança no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego estrutural como consequência do processo de industrialização e da longa crise econômica dos anos 80.

O desemprego, como todos sabemos, alcança taxas altíssimas, em média de 18% nas capitais, entre 1999 e 2000, segundo o Dieese. É um desemprego eminentemente industrial, de longa duração, que encontra dificuldades na oferta de novas oportunidades de emprego e trabalho.

Os excluídos do mercado de trabalho vêm-se obrigados a buscar formas alternativas de sobrevivência e, neste sentido, surgem inúmeras iniciativas organizadas pelos próprios trabalhadores. Emergem, assim, os mais diversos tipos de organização no campo e na cidade, de cooperativas, como no caso da Cipla, mencionada pelo Deputado Francisco de Assis, grupos de produção, associações, grupos de troca, entre outros. São trabalhadores assumindo massas falidas de empresas, grupos de mulheres comercializando seus artesanatos, desempregados organizando-se em cooperativas de prestação de serviços, enfim, formas diversas de buscar um único objetivo: trabalho, renda e dignidade.

Isso evidência a incrível capacidade humana de recriar, de reinventar, de estabelecer um novo modo de economia, uma economia solidária, onde a ordem dominante é a da inclusão da partilha, da solidariedade, da participação e da não-exploração.

Inúmeros exemplos, Deputado Francisco de Assis, espalhados por este País afora e, sobretudo, aqui em Santa Catarina, atestam que a economia solidária é a grande saída para a construção de uma sociedade mais solidária e menos competitiva e excludente. A união de esforços, a persistência e, principalmente, a necessidade de sobrevivência são, sem dúvida, os grandes rumos desses barqueiros que navegam contra a maré do individualismo e da desesperança.

Encarar esse novo modo de estabelecer a relação capital e trabalho como um mero remendo, como uma medida emergencial é um grande erro. A economia solidária deve ser assumida como uma política de Estado. Esta é a ótica do Governo Federal, este é o desejo do Presidente Lula, que já anunciou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, sob a coordenação do professor Paul Singer, um dos maiores expoentes da economia solidária no Brasil e que nas próximas semanas estará em Santa Catarina.

Esperamos que aqui no nosso Estado essa questão seja assumida também como um grande desafio: gerar trabalho e renda através da mobilização social e de efetivas ações governamentais."

Quero finalizar a minha participação dizendo que na manhã de hoje, na reunião da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia desta Casa, foi aprovado, por unanimidade entre os Deputados presentes, a realização de uma audiência pública para discutir a economia solidária em Santa Catarina.

Esta audiência pública já está agendada para o dia 28 de abril, uma segunda-feira, onde teremos na Assembléia Legislativa a participação de diversos empreendimentos de economia solidária de Santa Catarina, onde serão demonstradas diversas experiências concretas de grupos alternativos que trabalham este tema no dia-a-dia.

Teremos também organizações não-governamentais que assessoram essa experiência tanto aqui em Santa Catarina como em todo o Brasil.

Estamos chamando também as entidades representativas das empresas tradicionais ou das empresas típicas, como a Fampesc, representando as pequenas e microempresas, e também, por sugestão do Presidente da Comissão, Deputado Valmir Comin, estaremos convidando também a Fiesc, para que participe desta reunião, que certamente será um momento muito rico de troca de informações e para que Santa Catarina conheça um pouco mais desse bellissimo trabalho que vem sendo realizado por esses grupos.

São grupos que muitas vezes, aproveitando-se de momentos de crise, mas não só isso, encontram uma nova alternativa de encarar a produção, uma nova forma de encarar o trabalho, em que passam a inserir nesse contexto princípios nem sempre presentes nas relações normais de trabalho e nas relações normais entre capital e trabalho, que são os princípios de solidariedade e da ética.

Então, desde já deixo o convite a V.Exas. para que no dia 28 de abril participem da audiência pública com o tema economia solidária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Deputado Paulo Eccel, quero parabenizar V.Exa. por trazer este tema importantíssimo, onde quem faz o movimento popular neste País, quem luta por seus bairros, na verdade, sempre procura, seja através das padarias comunitárias, como alguns exemplos em Joinville, nas associações de moradores, criando uma ferramenta, uma entidade para cadastrar os trabalhadores desempregados, a partir desse cadastro,

propor uma alternativa.

V.Exa. está de parabéns porque traz para esta Casa, mais uma vez, um tema importantíssimo para a economia do nosso Estado, e economia solidária, que é o envolvimento das pessoas.

Deputado Dionei Walter da Silva, como V.Exa. é o próximo orador inscrito e não há mais quórum, pergunto se há possibilidade de colocar o seu nome como o primeiro inscrito para o dia de amanhã.

Se V.Exa. fizer questão de utilizar o horário, esta Presidência abre exceção.

(O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva aquesce.)

Esta Presidência encerra a presente sessão por falta de quórum, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais e serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 03 DE ABRIL DE 2003

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - José Paulo Serafim - Lício Silveira - Mauro Mariani - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Sérgio Godinho, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna é a convocação do Secretário Estadual de Agricultura, ocorrida na terça-feira passada, ocasião em que foi feito o relato sobre o problema da suspensão das importações de carne suína do Estado de Santa Catarina pela Rússia.

As informações que o Sr. Secretário nos passou deixam algumas dúvidas, algumas certezas e muita coisa que precisa ser investigada neste problema que ocorreu entre a Rússia e o corte das exportações de carne suína de Santa Catarina.

A primeira dúvida que surge é com relação aos relatórios da Cidasc de Santa Catarina, que dão conta de que a doença de Aujeszky existiu em nosso Estado nos anos 2000, 2001 e 2002, segundo informação dos técnicos de Concórdia, mas o certificado assinado pelo Ministério da Agricultura informa que no Estado de Santa Catarina a doença de Aujeszky, durante os últimos meses, não existe.

Isso é grave, porque ou o Ministério da Agricultura sabia das informações de que havia doença e mentiu, assinando um atestado falso ou o órgão estadual não informou ao Ministério da Agricultura.

Não temos como apurar, como precisar quem foi o responsável. Mas isso precisa ser investigado porque o prejuízo para o Estado de Santa Catarina é da ordem de, no mínimo, U\$50 milhões entre os meses de janeiro e fevereiro. E nós sabemos que há prejuízos irreparáveis para os pequenos produtores e para a arrecadação do Estado.

Alguns ofícios que o Secretário apresentou deixam também indícios. E vamos requerer que ele faça uma investigação dizendo, por exemplo: relatório da Cidasc, do campo de Concórdia e com uma frase: "Conforme contato telefônico mantido com V.Exa., desses resultados somente irá uma cópia para os proprietários e esta será enviada para a Cidasc aos seus cuidados". Dando a entender de que o Ministério poderia não estar sendo informado que a doença acontecia no Estado de Santa Catarina.

Então, isso é grave. E nós estamos requerendo a investigação, porque isso causou, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um mal estar na relação do Brasil com a União Soviética, que poderia ter prejudicado não só o Estado de Santa Catarina como outros Estados que também exportam carne suína e outros produtos de origem animal ou vegetal, que precisam da investigação sanitária.

Eu vou ler alguns trechos das argumentações da Embaixada da Rússia para ver a gravidade do problema que foi criado ou pelo Governo do Estado anterior ou pelo Ministério da Agricultura, o qual proporemos uma investigação.

(Passa a ler)

"Destacou o Embaixador que, ao continuar exportando, sabedor da doença, o Brasil havia descumprido as condições do certificado sanitário negociado bilateralmente. Indicou não entender por que o serviço veterinário brasileiro havia 'fechado os olhos para o problema, imaginando que ele não seria notado' e caracterizou assinatura de certificado sem fundamento como 'inaceitável' e 'pouco transparente'.

Somado a esse entendimento, o procedimento brasileiro frente aos focos de Aujeszky gerou 'dúvida sobre o conjunto do sistema de controle sanitário do Brasil'. Ou seja, botou em xeque todo o sistema sanitário do Brasil na questão de exportações.

"Ponomarev, que é a pessoa da Rússia, agregou que o Governo russo reagiu de modo ponderado ao fechar o mercado apenas para o Estado de Santa Catarina ('Se fosse outro país exportador, um único certificado falso teria levado ao fechamento para os produtos provenientes de todo o seu território nacional').

Então, a Rússia considera um atestado falso, grave e que poderia ter complicado todo o sistema de exportação de Santa Catarina e do Brasil, até, se fosse o caso.

Mas queremos informações sobre como o Brasil combate e pune a falsificação. Queremos as garantias de que a falsificação não voltará a acontecer.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, acho que é uma situação grave, fomos expostos à vergonha internacional, este é o termo, e poderíamos ter sofrido penalidades maiores.

É necessário que isso seja investigado, pois o prejuízo foi grande para o Estado de Santa Catarina, e estamos fazendo um requerimento ao Ministério da Agricultura, para que proceda à investigação de responsabilidade de alguém daquele Ministério, e ao Secretário Estadual, para que proceda à investigação sobre os relatórios da Cidasc.

É importante dizer que não fica claro, pelos documentos que chegaram até nós, quem foi que fez: ou o Ministério da Agricultura sabia da doença e falsificou um atestado ou não recebeu as informações. E é isso que estaremos buscando através destes dois requerimentos.

O Sr. Deputado Mauro Mariani - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro Mariani - Eu pedi este aparte para somar a minha preocupação a de V.Exa., porque é inadmissível que o País possa ser colocado em xeque por causa de uma pessoa, seja lá quem for, ou um órgão omitindo ou emitindo informações mentirosas, neste caso, comprometendo e muito os produtores de suínos de Santa Catarina.

Portanto, a preocupação de V.Exa. é justa e acho que este tema deve ser melhor investigado. Devemos tomar conhecimento para que se esclareça este fato, mas é bom evitar que novas ocorrências como essa possam prejudicar aqueles que não têm nada a ver com o problema burocrático, aquele que está no interior do Estado produzindo, aquele que se está dedicando.

Parabéns pela sua preocupação e quero somar a sua fala à minha.

O SR. DEPUTADO DIONEI SILVA - Eu gostaria também de esclarecer que não havia sequer necessidade deste problema, porque a doença de Aujeszky é considerada, na relação internacional, uma doença que se chama de classe "b". Mesmo ocorrendo a doença, se são informados os procedimentos adotadas de combate ou para evitar a proliferação, poderíamos continuar exportando. Além de tudo, é uma mentira ou um problema desnecessário e que, com certeza, poderia ter causado problemas muito maiores.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Sr. Deputado, quero parabenizá-lo pelo seu requerimento, mas também quero fazer um adendo.

Nós já discutimos este problema aqui anteriormente. O Secretário disse que o Mal de Aujeszky já vinha de um tempo para cá - foi o que V.Exa. falou - e que, posteriormente, a embaixada russa fez esse documento. E em função desse documento, foram levantadas hipóteses de que os Governos tanto Estadual como Federal, sabendo do problema, participaram efetivamente de um processo inadequado e que poderá trazer prejuízos ao Estado de Santa Catarina.

Porém, V.Exa. esquece uma coisa muito importante: há um segmento empresarial pelo qual estamos integrados, onde eles fornecem os leitões, os quais são vistoriados, vacinados, alimentados e depois são beneficiados, ou seja, desde a chegada até a saída estão as grandes empresas. Será que eles, que são os maiores interessados, e o nosso Estado que vive em função dessa economia, estão fora desse processo? Desconheciam esse processo? Eu, francamente, não acredito, tenho dúvida a esse respeito. Então, é interessante nós envolvermos todos os segmentos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Eu gostaria, Deputado Dionei Walter da Silva, de realçar esta sua grande preocupação com relação à exportação da carne suína e a toda essa problemática que tem envolvido e tem prejudicado, de maneira muito especial, os nossos pequenos agricultores. A eles a nossa defesa, por isso fazemos exatamente este levantamento; queremos buscar informações.

Neste sentido, estamos com V.Exa., daremos todo o apoio para que possamos investigar e trazer às claras esta situação da não-exportação ou do cancelamento.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - E aí fica claro, também, mais heranças que recebemos para resolver o problema, até, de relação internacional causado por falhas e condução do processo de administração...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Ana Paula Lima, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, Deputado Volnei Morastoni, Sra. Deputada e Srs. Deputados, na tarde de ontem recebemos uma visita de um grupo da Terceira Idade da cidade de Blumenau, onde desenvolvemos um projeto muito interessante, chamado Movimento e Vida. Pela primeira vez, essas senhoras e senhores tiveram a oportunidade de visitar a Assembléia Legislativa e ficaram muito encantados com o recebimento que o Presidente prestou a eles e também com alguns Deputados da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Não foi em vão que a CNBB escolheu este ano como tema: Vida, Dignidade e Esperança. Fraternidade às pessoas idosas.

Nós precisamos rever todo esse tratamento que damos às pessoas idosas.

(Passa a ler)

Nas sociedades primitivas, o idoso é o pilar da comunidade. Porque é naturalmente reconhecido como detentor do conhecimento e da sabedoria.

No seio dos povos indígenas, temos exemplos da importância que é dada ao papel dessas pessoas, na vida da coletividade. Sua palavra é ouvida quase como algo sagrado. São reverenciados com o mais profundo respeito.

Nas sociedades capitalistas modernas do Ocidente, com a expansão do conhecimento e facilitado seu acesso pela atividade editorial e, sobretudo, pela eclosão dos meios de comunicação de massa, privilegiou-se, distorcidamente, o consumismo mais voraz, perdendo-se de vista então os valores humanos fundamentais.

O que se sabe, porém, é que em sociedades mais antigas, que guardam seus valores tradicionais, como no Japão, China, Índia, e outras populações do Oriente, persiste ainda a prática salutar de respeito ao idoso, pessoas que representam para essas populações um simbolismo todo particular e especial, dado que encarna toda uma mística que figura a trajetória de sua herança.

Há uma admirável riqueza em torno do imaginário coletivo, passado e presente se fundem num só elo, quando religião, tradições, valores, cultura criam um liame que fortalece a identidade desses países que os projeta no mundo das nações.

Por certo deverá ser este um dos enigmas que temos a decifrar.

Precisamos repensar nosso País, a partir desses novos ares que o agitam, trazendo também esta questão à discussão pública, considerando-se o exemplo apontado nos países asiáticos, pois que

destino teremos nós se acaso não soubermos ter em conta a contribuição dada pelo idoso e seu fundamental papel da construção do País. Este é um referencial que está na raiz do comportamento social e se reflete diretamente sobre nossa determinação de constituirmos ou não uma Nação forte, pujante, soberana.

O que querem os nossos jovens? O que fazem da vida? Quais seus objetivos? Que geração é esta? E assim estamos decidindo o nosso futuro, o nosso destino.

Na raiz de todo este questionamento está o respeito aos mais velhos, o que representam, o que podem passar para as gerações vindouras, a densidade do poder de decidirmos sobre nós próprios, os caminhos que escolhemos, o destino que traçamos, a meta que queremos, no dizer da grande questão que se coloca na filosofia.

E o desenvolvimento, a afirmação de um povo, sua transformação em nação é, sem dúvida, uma questão intrinsecamente de filosofia. A grande pergunta filosófica que se põe diante de um povo.

Fundamentados nestas indagações, criamos em Blumenau um programa no Governo popular de valorizarmos a figura dessas pessoas que configuram a geração dos pais e avós que precedem às presentes gerações, que está concretizado no Movimento e Vida.

Inicialmente tem como propósito promover o entrelaçamento de concidadãos, homens e mulheres da Terceira Idade, para que possam confraternizar, conviver e permutar alegrias e experiências individuais, de modo que possam fazer deste momento de sua existência uma travessia amena e feliz, realizando-se como seres humanos na culminância da existência.

Mas que não nos esqueçamos que na sua vida, no seu passado, nas suas agruras, no seu sofrimento, nas suas lutas, no seu conhecimento, na sua sabedoria, enfim, está inscrito e registrado, com letras garrafais, o nosso futuro, o futuro das gerações, de um povo, de um país."

E falando sobre a Campanha da Fraternidade e pessoas idosas, neste ano, Dom Raimundo Damasceno Assis diz o seguinte: "que a campanha da fraternidade deste ano nos ajude a sermos mensageiros da vida, da dignidade, da felicidade e da esperança para todas as pessoas idosas do nosso Brasil."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Baldissera, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é o fato de podermos exatamente falar sobre a experiência administrativa que temos realizado e feito em nosso Município de Guaraciaba, destacando alguns aspectos que são extremamente significativos e importantes, haja vista que nesta Casa muitos dos Parlamentares têm sido Prefeitos, até por mais de um mandato, outros aspiram o cargo.

Neste aspecto, gostaria de dizer a V.Exas. que quando recebemos o Poder Público Municipal de Guaraciaba, Município pequeno que tem 11.031 habitantes, a cada R\$1,00 que arrecadámos devíamos R\$9,00. São dados do Tribunal de Contas.

Quer dizer, um Prefeito que assume uma Prefeitura nestas circunstâncias, sem dúvida alguma, tem que fazer uma série de ginásticas, de malabarismos para poder tirar da situação em que se encontra o Poder Público e para dar uma direção a políticas que possam atender às necessidades básicas e fundamentais da nossa população.

Neste sentido, é que implementamos dentro do nosso mandato um orçamento participativo, e através deste orçamento é que conseguimos mudar a mentalidade e a consciência de se fazer política, porque às vezes o que vem na nossa cabeça é que todos são iguais, ninguém é diferente, mas existem, sim, diferenças de uma para outra administração. Existem semelhanças, mas existem diferenças também.

Neste aspecto, fazemos questão de realçar que quando o povo se envolve e se torna agente do processo a administração é outra. Começa a destacar as prioridades, começa a ter a autonomia em cima de como se deve aplicar o recurso público, muda-se a mentalidade e a consciência de uma sociedade toda, porque o ser humano começa a se sentir valorizado no processo.

Existem, infelizmente, na sociedade em que vivemos, muitos e muitos Prefeitos que escondem a administração, não revelam nada à sociedade. O povo não sabe quanto dinheiro entra nos cofres públicos, onde está sendo investido, aplicado e também não é convidado a contribuir, a ajudar no processo da aplicação dos recursos públicos ou destacar, enumerar as prioridades que o Município tem e onde deve aplicar os recursos públicos.

Por que estou dizendo isso? Porque todo centavo que entra nos cofres do Poder Público advém dos impostos, dos tributos que o cidadão paga, e por isso, mais do que nunca, tem o direito de saber quanto entra, onde está sendo aplicado e onde deve ser aplicado o recurso público.

Gostaria, assim, de realçar que temos uma emenda constitucional que assegura a aplicação tanto dos Governos Estadual e Municipal à aplicação do dinheiro público. Por exemplo, na questão da saúde temos a Emenda nº 29/2000, que se refere a um percentual, a uma meta que gradativamente vai crescendo, em que o Poder público deve cumprir o disposto legal da Constituição na aplicação desse recurso.

Desde o ano 2000, o nosso Município estaria aplicando 15% da receita própria na saúde. Quando eu me deparo com os dados, o parecer prévio, claro, do Tribunal de Contas sobre as contas do exercício de 2001 do Governo do Estado, na página 95 desse mesmo parecer, destaca que o Estado deixou de cumprir esse dispositivo legal aplicando, ao invés de 8,13%, 7,58%, deixando de aplicar 0.55% dos recursos públicos. Então, temos, sim, que trazer isso à baila, porque este é o nosso dever, esta é a nossa tarefa! Fomos eleitos exatamente para fiscalizar as ações do nosso Governo. Isso equivale, em dinheiro, R\$18 milhões.

Para termos idéia, V.Exas. já pensaram no Município de Guaraciaba, que tem uma receita de R\$5 milhões/ano, com R\$18 milhões, o que se poderia fazer para a nossa população no que diz respeito à saúde pública?!

Mas não é só a saúde! Na questão da educação, é importante que a população saiba, no que se refere ao Fundef, que temos direito, por lei, segundo a Emenda Constitucional nº 14/1996, à aplicação de 60% do dinheiro público na despesa com o ensino fundamental.

No entanto, o Governo Estadual tem aplicado 53,19%, descumprindo, mais uma vez, a norma constitucional. Nesse percentual, equivale a R\$27 milhões que deixaram de ser aplicados no ensino fundamental, que é o eixo motor da mudança e da transformação da sociedade.

Infelizmente, mais uma vez, isso deixou de ser cumprido, o que equivale a dizer que poderia o Governo ter dado mais de 11% de aumento aos professores do ensino fundamental. É nesse aspecto que lamentamos. Mas queremos, sim, enquanto Parlamentares, no momento em que as contas forem colocadas para avaliação, realmente olharmos com seriedade a questão da aplicação do recurso público.

Esta é a nossa tarefa, a nossa obrigação, porque estamos aqui exatamente para legislar, para fiscalizar as ações e, ao mesmo tempo, para sermos interlocutores entre a sociedade, o povo, que está trabalhando, pagando os seus impostos e que quer o retorno desses impostos, quer a seriedade da aplicação e a transparência do recurso público para o cidadão que está lá sofrendo, trabalhando no dia-a-dia.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Pedro Baldissera, inicialmente gostaria de dizer que este documento que V.Exa. está lendo é um parecer prévio do Tribunal de Contas, como é obrigado e exigido pela lei complementar.

Por outro lado, quero dizer que desde janeiro de 1999 o Governo que deixou o governo em 31 de dezembro de 2002 vinha publicando mensalmente o balancete financeiro, acusando os ingressos de receita e mencionando para onde ia o dinheiro e onde estava o dinheiro dos saldos depositados.

O atual Governo que o seu Partido apóia, até o presente momento, não fez nenhuma publicação.

Mas gostaria de falar com relação à Secretaria da Saúde. Creio que V.Exa. deve se preocupar, evidentemente, com o projeto de lei que está hoje tramitando nesta Casa e que tira da Secretaria da Saúde a verba da Saúde de vencimento e joga para as Secretarias Regionais. V.Exa. deve se preocupar com esse projeto.

Com relação ao Fundef, gostaria de dizer que o Tribunal de Contas faz a análise pelo lado orçamentário e não pelo financeiro.

O Governo que passou recebeu uma dívida...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Ronaldo Benedet, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Rogério Mendonça, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Genésio Goulart.

(O Deputado Genésio Goulart manifesta-se no sentido da sua desistência.)

Com a desistência do Deputado Genésio Goulart, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Eduardo Cherem, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CHEREM - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ocupo a tribuna, hoje, para fazer um registro da passagem dos 119 anos da cidade de Camboriú, a ser comemorado no próximo sábado, dia 05.

É com muita alegria que vemos a cidade de Camboriú, que é amada e é progenitora de Balneário Camboriú, ser uma das cidades que mais cresce hoje em nosso Estado.

O Deputado Volnei Morastoni sabe muito bem da importância que é para a economia do nosso Estado a Capital do Mármore.

Gostaria apenas de lembrar o início da cidade de colonização açoriana. E quem conhece Balneário Camboriú conhece a barra do rio, onde a família Garcia por lá entrou e acabou fundando a cidade de Camboriú.

A mesma família Garcia, Deputada Ana Paula Lima, saiu dali e foi para a cidade de Blumenau e fundou o bairro Garcia; uma família açoriana, que além de ser fundadora da cidade de Camboriú, também fundou o famoso bairro Garcia na cidade de Blumenau.

Então, Sr. Presidente, assomo à tribuna para fazer este registro e para mandar um forte abraço e caloroso aos cidadãos da cidade de Camboriú, desejando ao Prefeito Wilson Plautz e ao Presidente da Câmara, Sr. Pedro Paulo de Souza, muita felicidade e que Camboriú continue nos honrando, dignificando, glorificando o Estado de Santa Catarina com o trabalho da sua gente e com o trabalho da sua população.

Era isto o que tinha a colocar ao fazer este registro, mandando um forte abraço à população da cidade de Camboriú.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Herneus de Nadal, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Mauro Mariani.

(O Deputado manifesta-se no sentido da sua desistência em usar a tribuna.)

Com a desistência do Deputado Mauro Mariani, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, hoje não vou entrar com assuntos polêmicos sobre o Besc, a BR-101 e nem sobre o assunto de que o Governo queria comprar o prédio do Besc com recursos da federalização, que foi boicotado pelo Governo Federal porque os recursos desse contrato são exclusivos para a federalização e não para o retorno do banco ao Governo do Estado.

Antes de mais nada, preciso colocar aqui algumas situações apresentadas pelo Deputado Pedro Baldissera com relação à análise preliminar das contas de 2001 feitas pelo Tribunal de Contas.

O que sempre coloquei e vou colocar é que o Tribunal de Contas tem ótimos auditores, mas também erram, equivocam-se. Uma coisa é fazer análise de prestação de contas com base no orçamentário, no empenhamento; outra coisa é fazer pelo lado financeiro.

Uma coisa é um Governo emitir o empenho e não pagar e, portanto, cumprir uma obrigação constitucional, e outra coisa é o Governo seguinte pagar e não emitir empenho porque está pagando resto a pagar de alguma coisa que o Governo passado não pagou.

Isso ocorre, e o Tribunal de Contas não leva em consideração. Precisamos conversar muito sobre isso.

O Deputado Pedro Baldissera colocou muito bem com relação aos recursos para a saúde. Hoje, existe uma obrigatoriedade. E para 2003 é de 10%, e no Orçamento de 2002 para 2003 estão registrados os 10%.

Acontece que no projeto de lei que está tramitando nesta Casa, que transfere recursos de dotação de várias Secretarias para Secretarias Regionais, está retirando recursos da Secretaria da Saúde para essas Secretarias. As Secretarias Regionais vão, em detrimento da Secretaria da Saúde, receber recursos do Governo do Estado.

Com relação a isso, o meu Partido vai ser contra, e espero também que o seu Partido seja contra, porque o Governo vai retirar recursos da Secretaria da Saúde.

Deputado Pedro Baldissera, por duas ocasiões já disse que os recursos do BNDES colocados no Frigorífico Chapecó eram oriundos do FAT. Correto. É uma linha de crédito do BNDES decorrente do FAT. O FAT não perde, absolutamente, nenhum recurso, se for o recurso colocado naquele frigorífico por ralo abaixo. Esse é um outro contrato. Existe FAT e BNDES. São compromissos a parte.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Deputado, quero lembrar que fazemos parte da Comissão de Finanças e Acompanhamento Orçamentário, juntamente com o Deputado Dionei Walter da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores, e vai ser o nosso grande compromisso fiscalizar de perto todas as ações do atual Governo, embora não acredite no que acabou de falar, que venha acontecer no Estado de Santa Catarina por decisão do Governador.

Mas o nosso papel vai ser de fiscalizador, e acompanharemos de perto, mês a mês, a forma como estão sendo aplicados os recursos públicos de Santa Catarina. Quero deixar bem claro que não vamos pactuar com nada que seja irregular, ilegal ou que caracterize qualquer vício administrativo e financeiro.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Deputado Wilson Vieira, o projeto já tramita nesta Casa. Portanto, não é minha invenção. Existe o projeto e qualquer um pode analisar. Não é invenção minha. Se é invenção, é do Governo do Estado.

Sr. Presidente, vários Parlamentares têm recebido e-mails sobre o Projeto de Resolução nº 002/2003, que equivale revogar o § 1º do art. 52 do Regimento Interno desta Casa, que permite que os Deputados Secretários de Governo mantenham uma estrutura funcional.

Este projeto já foi ingressado nesta Casa em 19 de fevereiro de 2003, com assinatura de vários Parlamentares, inclusive a minha. O projeto está tramitando e não vem para decisão do Plenário.

Para que evitemos uma enxurrada de e-mails, mandados por Prefeituras e Câmaras Municipais, provocadas não sei por quem, vamos votar logo essa resolução para dar um basta nessa situação tão ruim para o nosso Parlamento.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre Deputado, agradeço a V.Exa. pela oportunidade e reitero a minha manifestação efetuada no dia de ontem de que nós temos papéis constitucionais. E um deles, além de legislar, é o de fiscalizar.

Com certeza todos nós, estou incluído, mesmo na condição de Líder do Governo, não deixamos de exercer o nosso compromisso, e a nossa missão, neste Parlamento, é a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade de todas as matérias que tramitam nesta Casa.

Logicamente que, se formos analisar projeto por projetos que foram remetidos para cá, vamos ter a obrigação de, em algumas dessas situações, identificar os problemas existentes e, através das decisões que tomarmos, fazer com que a matéria possa ser sanada e que o Executivo tome as providências.

Vamos ter nas nossas Comissões a oportunidade deste debate, que é um debate de alto nível e que com certeza faz com que a atuação de cada um de nós possa ser importante, a fim de que respeitemos o que está na nossa Constituição e o que está na lei.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Quero agradecer a V.Exa. pelo seu aparte e não esperava outra posição senão esta, inclusive dizer que nós, fundamentalmente, temos que respeitar a Constituição.

Gostaria de mandar um recado, não através de V.Exa., porque não está aqui para receber meu recado, mas que encaminhasse ao Governo minha preocupação como Parlamentar de que toda a lei orçamentária tem que respeitar uma Lei de Diretriz Orçamentária, que por sua vez tem que respeitar um Plano Plurianual. Primeiro nasce o PPA, depois tem a LDO e depois tem a Lei de Orçamento; sem isso não existe o Orçamento.

Então, gostaria que V.Exa. levasse esta preocupação da parte deste Deputado e talvez de toda a Casa, ou seja, que a Constituição seja respeitada.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Com certeza a obrigação do cumprimento das determinações legais vigentes é um dever não só dos Parlamentares, mas de todos aqueles que atuam no serviço público.

Por isso V.Exa. não tenha dúvida de que o regramento vigente será devidamente respeitado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Obrigado, Deputado, e contamos com isso.

Sr. Presidente, acho que vou criar um atrito com muitas pessoas, inclusive com Colegas da nossa Bancada, porque escuto muito nos corredores informações sobre o grupo de servidores desta Casa.

As informações que se escuta no corredor é que temos servidores desta Casa que trabalham e servidores que não trabalham; servidores desta Casa que não trabalham, mas estão no recinto, e servidores desta Casa que nem aparecem nesta Casa.

Acho que nós, Deputados, e esta Mesa Diretora, a quem apelo, através do Sr. Presidente, devemos colocar um ponto final nesta situação. Quem recebe recurso público tem que fazer jus a esses recursos.

Da mesma forma como nós, Deputados, que somos obrigados a trabalhar porque recebemos recursos público e fomos eleitos para isso, o servidor público desta Casa precisa trabalhar. Não é só vir aqui para receber o seu contracheque no final do mês!

Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, até faria uma proposição: quando fosse feita a entrega, neste mês, do contracheque aos servidores da Casa, fosse feita diretamente na mão do servidor pela própria Mesa, para que a Mesa e os servidores se conhecessem, porque acredito que tem muito funcionário desta Casa que não conhece o Presidente e nem os Deputados da Mesa, talvez conheça pelos jornais, mas pessoalmente não, e nem pelo trânsito nesta Casa.

Por isso, eu gostaria de levar este repto a V.Exa., no sentido de coibir esse abuso que tem que acabar não só aqui mas em todo o serviço público!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado, eu acho que esta questão precisa ser bem ponderada, para valorizar o servidor da Casa que realmente trabalha. Nós temos que ter este cuidado.

É uma preocupação nossa, porque inclusive na Comissão de Finanças para a qual fui designado os funcionários que lá trabalham informaram que existiam dois que só recebiam o olerite e que eles não conheciam.

Então, como isso tem ocorrido em uma Comissão, tem que ser investigado, até para valorizar o servidor que realmente trabalha, que cumpre a sua função.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Deputado, a situação é a seguinte: nesta Casa existe o servidor que trabalha, que comparece; existe o servidor que aqui comparece mas não trabalha e aquele que nem comparece, quanto mais trabalha.

Gostaria, até, de entrar em um detalhe. Se o servidor desta Casa aparece mas não trabalha, é um problema do chefe e não dele, que não lhe dá serviço! Mas o problema maior é daquele servidor que nem aparece aqui, porque nem uma chefia e nem ninguém exige dele produção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Antes de passar ao horário reservado aos Partidos Políticos, em função do pronunciamento do Deputado Antônio Carlos Vieira, gostaria de dizer que da parte da Presidência desta Casa estamos procedendo todos os estudos, os levantamentos necessários relativos a esta questão dos funcionários da Casa, para que possamos tomar as medidas pertinentes de forma correta sem cometermos injustiças.

Nós comungamos do pensamento que os servidores da Casa têm uma nobre missão quando complementa, participa das funções deste Poder. Por isso, precisamos tomar uma série de providências que estão em curso e que serão anunciadas brevemente.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Mauro Mariani, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Sr. Presidente. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero convidar todos os Parlamentares e também aqueles que nos assistem pela TVAL para participarem de uma audiência pública que a Comissão de Agricultura estará realizando no dia 10 de abril, às 13h30min, no plenarinho, sobre a questão das plantas transgênicas.

(Passa a ler)

"O desenvolvimento e uso das novas biotecnologias vêm promovendo uma revolução na produção de alimentos e fármacos. Dentre essas, a transgenia ou a produção de organismos geneticamente modificados assume maior importância, uma vez que grande parte desses produtos, agora contendo novas proteínas, podem vir a ser empregados na alimentação humana.

Em todo o mundo o debate polariza-se em torno de duas posições. Uma que defende a liberação imediata dos transgênicos, que é defendida pela maioria das empresas com o beneplácito de instâncias regulatórias e autoridades governamentais americanas, canadenses e argentinas.

A segunda posição, que encontra respaldo nas ONGs internacionais e na União Européia, defende o princípio da precaução. Ou seja, enquanto não houver evidências científicas conclusivas a respeito de possíveis riscos à saúde humana e ao meio ambiente, a liberação para o cultivo e consumo em larga escala não deve ocorrer.

Como fica o Brasil, mais especificamente Santa Catarina, frente a esta polêmica? Apesar de ainda estar proibido o cultivo comercial das plantas transgênicas, por decisão judicial, setores da sociedade defendem a imediata liberação.

Por outro lado, os setores entendem que esta liberação somente deve ocorrer após uma análise criteriosa dos riscos e impactos incluindo os sócio-econômicos.

Em fase da complexidade deste tema e dos impactos nos diversos setores da sociedade, torna-se necessário um debate público e transparente. Assim, a Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa, por requerimento do Deputado Dionei Walter da Silva, convida para uma audiência pública sobre os transgênicos, num amplo debate, com o objetivo de aumentar o grau de conhecimento e consciência da sociedade.

Portanto, esta audiência pública será realizada no dia 10 de abril, às 13h30min, no plenarinho.

Também quero aproveitar este espaço para parabenizar duas empresas da minha região do setor madeireiro e moveleiro.

A Fiesc estará premiando amanhã os exportadores de Santa Catarina e dentre as empresas, Deputado Reno Caramori, estão duas da minha região.

Primeiro, a Intercontinental S/A, que é a maior empresa exportadora de móveis do Brasil. Nosso País exporta mais ou menos US\$500 milhões de móveis; Santa Catarina responde com 250 milhões. E somente esta empresa, com mais de US\$30 milhões, está empregando mais de mil pessoas no Município de São Bento do Sul.

A segunda empresa, a Terra Nova, receberá o prêmio de maior exportador de médio porte. Exportou, no ano passado, US\$29 milhões. Esta empresa, que tive a felicidade de implantar no meu Município quando era Prefeito, possui oito mil hectares de reflorestamento, gera mais de 700 empregos diretos no Município de Rio Negrinho: uma empresa com forte preocupação ambiental, que já nasceu com ISO 14000; uma empresa que no ano passado fechou uma unidade nos Estados Unidos e a transferiu para Santa Catarina, para o Município de Rio Negrinho, complementando, assim, a produção e dizendo que pela qualidade de mão-de-obra do povo catarinense e do Planalto Norte estava fazendo e tomando essa iniciativa.

Aproveito, também, já que entrei neste assunto, para trazer alguns números dos setores, que muitas vezes são discriminados. E o Deputado Reno Caramori, de vez em quando, manifesta-se aqui nesta tribuna sobre o assunto.

Nós, que convivemos na nossa região com os setores moveleiro e madeireiro, sabemos que hoje as coisas mudaram muito, mas ainda somos acusados de devastação do meio-ambiente, de propiciar acidentes de trabalho, quando a realidade é muito diferente.

São setores extremamente importantes para o Brasil e para Santa Catarina e que temos que tratá-los com mais respeito, porque são setores que empregam, Deputado Reno Caramori, no Brasil, mais de 700 mil empregos diretos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Realmente V.Exa. faz referência a uma das coisas mais importantes que é a empresa catarinense. E aqui, nesse último parágrafo, na sua observação, quero dizer que me orgulho de pertencer a uma região essencialmente madeireira, porque as saúvas se acabaram, que eram aquelas que realmente só cortavam e não plantavam.

A saúva, para colher o seu alimento, quando corta a folha, deixa uma essência da saliva que mata a árvore. Ela seca. Isso quando a incidência do ataque da saúva é muito grande.

Existiam madeireiros, sim, mas há muitos anos. Em Caçador ainda tem um, mas não tem mais nada lá. Nada! Ele simplesmente serrou, limpou e foi embora para o Mato Grosso montar suas fazendas. Em Caçador não tem mais nada, a não ser a sua residência. Esse é o exemplo típico daqueles que cortaram, serraram e nada plantaram.

Mas hoje a mentalidade, Deputado Mauro Mariani, é muito diferente. Hoje, o madeireiro tem a preocupação, em primeiro lugar, da preservação da natureza, as águas, as nascentes, utilizando áreas não agricultáveis, de preferência, para o cultivo de plantas com essências exóticas. O que mais se planta e o que mais se exporta é o pinus e o eucalipto.

V.Exa. tem razão quando observa que aquelas épocas passaram. Hoje, o madeireiro é uma pessoa mais responsável na atividade extrativa, pode ter certeza disso. Por isso cumprimento V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Não tenho dúvida disso, Deputado Reno Caramori, e agradeço pela sua manifestação. Pode ter certeza de que estaremos aqui para mudar essa pecha que a indústria madeireira carrega ao longo dos anos. Todos nós temos responsabilidade.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Também quero cumprimentar V.Exa.

Veja bem, ilustre Parlamentar, que o setor madeireiro além de ter dado grande oportunidade de fazer Santa Catarina crescer, ainda paga o mico.

Recentemente esta Casa - V.Exa. ainda não era Deputado - no final da Legislatura passada, salvamos, através de uma emenda, os pequenos, médios e grandes exportadores que produzem produtos exportáveis (somente para isso), de uma taxa e do pagamento do ICMS retroativo a 1996. Realmente o setor madeireiro é muito importante na nossa economia.

A minha cidade, a minha região é a maior produtora de madeira de Santa Catarina. É o maior produtor do mundo de cabos de vassoura. Portanto, comungo com o pensamento de V.Exa e me solidarizo por essa posição. Conte comigo.

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Obrigado, Deputado Onofre Santo Agostini.

Sem dúvida alguma sobre aquela matéria não era Deputado, mas acompanhei a votação com muito interesse, e foi muito feliz a decisão desta Casa em apoiar, especialmente, os exportadores daquele segmento.

Ainda quero voltar a esta tribuna para trazer alguns números para ilustrar e para esclarecer àqueles que não têm tanto conhecimento assim desse segmento importante da economia de Santa Catarina.

Só na questão de geração de emprego, dados do Ministério do Trabalho, é bem verdade que não tão atuais, de 1997, o vestuário, calçados e o setor de tecidos empregavam 87.118 trabalhadores; a construção civil, 35.830; produtos alimentares 53.571; setor florestal em Santa Catarina, 73.260.....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Lício Silveira, por até 15min15seg.

O SR. DEPUTADO LICIO SILVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou dar seqüência ao assunto que o Deputado Mauro Mariani colocou, pelo qual toda a sociedade brasileira está extremamente preocupada: os transgênicos.

Verificamos que de 1998 para cá, mais precisamente do início de 1999, colocações e mais colocações a respeito dos transgênicos. Farei essa colocação posteriormente. Antes vou tentar descrever alguma coisa sobre os transgênicos, falar sobre o quadro atual em Santa Catarina, a legislação no mundo e o impacto ambiental.

Começo falando sobre a parte teórica do transgênico. Todo organismo vivo é feito a partir de uma "receita", que define as características desse organismo. A "receita" é formada por seqüência de genes e é chamado de código genético.

Dias atrás li um artigo de uma pessoa experiente nesse assunto, com uma observação curiosa: o que faz a casca da banana, quando madura, ficar amarela são os genes. Se isolarmos os genes que determinam a cor da casca da maçã e pusermos na banana, teremos uma banana, quando madura, não mais amarela e sim vermelha. Essa banana vermelha será um organismo geneticamente modificado - OGM.

Portanto, os alimentos transgênicos têm genes transferidos de outros organismos. São produtos criados em laboratórios com a utilização de genes de espécies de diferentes animais, vegetais, ou até micróbios.

Essa história dos transgênicos não é recente. Os primeiros experimentos genéticos, logicamente de forma rudimentar, começou em 1860 pelo monge austríaco Gregor Mendel. Ele promovia o cruzamento de tipos de diversas ervilhas e observava que características de cada planta eram herdadas pelas gerações seguintes. Esses trabalhos foram cruciais para o desenvolvimento de uma nova área da biologia e alicerçaram a biotecnologia.

As técnicas de clonagem molecular já vêm sendo usadas comercialmente há vários anos. A primeira planta geneticamente modificada foi lançada no mercado dos Estados Unidos em 1994, há nove anos apenas. Foi o tomate longa vida, que permanecia fresco 200% a mais, garantindo maior tempo de estocagem, com menor desperdício.

Em 1995 mais 35 produtos geneticamente modificados já estavam sendo comercializados naquele País, e parte deles comercializados aqui no Brasil.

Em 1996 havia mais de 2.800 hectares de plantações transgênicas em todo o mundo. Em 1999 a área global cultivada dos organismos geneticamente modificados já era de 40 milhões de hectares, espalhados por 12 países, entre os quais, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Chile, Espanha, Portugal e outros.

No ano passado, os Estados Unidos investiram maciçamente na expansão dessas culturas. De toda a área cultivada com soja, 54% era transgênica, e 25% de todo o milho produzido no País era modificado. Houve um grande investimento na cultura do algodão transgênico, que representava 61% de todo o cultivo americano.

O investimento nesses tipos de cultura representa uma redução de custos de produção de até 51%.

No nosso Estado o início do plantio foi em 1998 com sementes provenientes do Rio Grande do Sul. Já foram testadas mais de 15 espécies, sendo que as que melhor se adaptaram são a Mercedes e aa 1810.

Segundo um agricultor de uma pequena cidade do extremo Oeste, Ouro Verde, já colheu mais de 2.000 sacas de soja transgênica, e agora a expectativa de colheita é de 60 sacas por hectare, cerca de 10% da lavoura convencional. Esse produtor afirmou que existem outras lavouras na região mas a maioria dos agricultores preferem não falar. Ele avaliou que na região Oeste tenha 30% de soja transgênica, enquanto que no Estado o valor deve ser inferior a 20%.

Não há uma estatística confiável em virtude da clandestinidade e também pelo receio de falar. A expectativa é para a liberação definitiva dos transgênicos.

Os Estados Unidos e a Europa têm posições contrárias com relação à regulamentação desses organismos geneticamente modificados. Nos Estados Unidos, a Food and Drugs Administration anunciou este ano uma lista de propostas para regulamentar a comercialização de alimentos transgênicos. Não exige a rotulagem dos alimentos com a indicação de que são modificados geneticamente e pretendem proibir o uso de termos como Livre de OGM - Organismos Geneticamente Modificados -, o que não acontece aqui no Brasil.

A União Européia, que suspendeu o cultivo de OGM desde 1997, deverá ter uma nova legislação, com o estabelecimento de regras para o cultivo de sementes modificadas.

Temos também, com relação aos transgênicos, não só um problema de diminuição de custos, como também com relação ao impacto ambiental.

O cultivo experimental está em pleno andamento em uma espantosa área de 40 milhões de hectares (área maior que o Estado do Mato Grosso do Sul), sem supervisão dos órgãos reguladores.

Mas, as preocupações estão mais no campo dos temores, conjecturas e teorias baseadas em experiências e estatísticas específicas, tais como: perda de biodiversidade e erosão genética, surgimento de superervas daninhas, resistência a insetos e pesticidas.

E o que dizem as empresas de biotecnologia? Afirmam ter feito testes suficientes para comprovar que tanto o cultivo quanto a ingestão de alimentos transgênicos são extremamente seguros.

E a saúde humana? Há uma preocupação no aparecimento de alergias provocadas por alimentos geneticamente modificados; aumento da resistência a antibióticos e o aparecimento de novos vírus, mediante a combinação de vírus 'engenheirados' com outros já existentes no meio ambiente.

Se isso realmente ocorrer, há a impossibilidade de controlá-los, pois a diferença de outros poluentes químicos, os OGMs, por serem formas vivas, são capazes de sofrer mutações, se, multiplicar e se disseminarem no meio ambiente.

Quero também salientar que o setor brasileiro de sementes declarou-se favorável com relação ao OGM no XI Congresso Brasileiro de Sementes, em 1995, considerando primeiramente a importância da biotecnologia para a agricultura brasileira; segundo, os mecanismos legais que o País possui para uma avaliação de segurança dos produtos produzidos; terceiro, o agricultor usaria os resultados da biotecnologia para garantir a competitividade no mercado.

E isso nós sofremos aqui no nosso Estado com relação ao Rio Grande do Sul. A maior safra de transgênicos aconteceu naquele Estado, e durante o Governo anterior, pois foi recente.

Não dá para fecharmos os olhos. Com uma produção extremamente alta o Governo Federal foi obrigado a editar uma medida provisória para liberar a venda desses transgênicos, porque do contrário os agricultores ficariam com sérios prejuízos.

Essa medida provisória está sendo discutida com maior amplitude, mas a liberação da produção e comercialização dos transgênicos no Brasil foi assinada por diversas entidades: Abrates, Abrasem, Bras pov, Apps, Felas, Apassul, Aprozesc. Todos os segmentos organizados em torno das sementes colocaram que todas as substâncias responsáveis por catástrofes ambientais em nossa época, contaram com endosso de cientistas responsáveis. E quero lembrar aqui pelo menos dois: o DDT e o ascarel.

Quem não lembra do DDT e do ascarel, que hoje estão proibidos comercialmente?

Também temos que saber que em 1778, um cientista inglês, Edward Jenner, duramente criticado pela comunidade científica, descobriu a vacina contra a varíola, que hoje não é mais uma ameaça porque foi banida da face da terra, graças à vacina de Jenner.

O brasileiro Oswaldo Cruz passou por situação semelhante. Enfrentou a revolta da vacina, quando iniciou a campanha contra a febre amarela, no início do século passado.

Bom, não podemos ficar restritos à recém MP editada pelo Presidente Lula, pois há premente necessidade da continuidade de pesquisa sobre o assunto.

Nesse domingo, assistindo ao programa Globo Rural, vi agricultores se manifestarem no Rio Grande do Sul, dizendo que gostaram da medida provisória, mas afirmaram que vão continuar plantando!

Srs. Deputados, tenho em mãos várias manchetes de jornais: MP dos transgênicos volta à discussão; Cooperativas recusam transgênicos; Liberada a soja transgênica; Soja transgênica vai para o mercado; Não aos transgênicos; Só mega acordo libera safra de transgênicos; Justiça francesa condena Bové a 10 meses de prisão; Ativista francês faz críticas à Polícia Federal do nosso País; Destruição aos olhos do mundo; Bové é recebido pelo Governador Gaúcho.

O Governador gaúcho entende que Bové tem razão, mas por outro lado permite a plantação.

Não estou fazendo uma crítica ao PT e sim a esse processo confuso que vivemos e que precisa ser realmente discutido.

Outras manchetes: Campanha do Estado contra os transgênicos; MST queima soja transgênica da Monsanto; Governo brasileiro fez teste com 642 produtos; Liminar impede o plantio de soja modificada; Rio Grande do Sul proíbe experiências com arroz transgênico.

Produtos transgênicos geram polêmica no Governo.

O Presidente do PPS, Deputado Roberto Freire, acusou o Governo Lula de adotar gradualmente uma política contra o plantio e a comercialização de transgênicos, privilegiando com cargos estratégicos setores historicamente inimigos do programa, como os ambientalistas.

Em documento enviado ao Presidente da República, Freire diz que "a versão atual da administração, a biotecnologia paralisou as atividades da Embrapa nessa área.

O Deputado alerta ao Presidente Lula para o risco de seu Governo reproduzir o erro histórico da década de 70, quando a política de reserva de mercado custou anos e anos de atraso para a indústria nacional de informática. E nós sabemos quem era o Ministro na ocasião.

A Embrapa tem condições de colocar no mercado sementes geneticamente modificadas para o plantio 2003/2004, com direito próprio de patente. Mas a senha dos antitransgênicos pode levar todos os resultados da pesquisa à esterilização". Ainda fala sobre as vantagens.

Temos muitas coisas a falar sobre os transgênicos, mas está sendo promovido um seminário que irá clarear aos poucos esse problema.

Eu não gosto de medida radical nem lá nem cá. Tem de prevalecer o bom senso, mas que venha ao encontro da sociedade como um todo!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Lício Silveira, só quero chamar a atenção para o fato de que esta Casa aprovou uma lei que proíbe o cultivo e a comercialização de produtos transgênicos em Santa Catarina.

O Governador Esperidião Amin trouxe a esta Casa uma lei que retrocedeu, apresentando uma moratória de cinco anos. Existia uma lei que proíbe definitivamente mas o Governador Esperidião Amin trouxe uma lei, uma moratória de cinco anos. Já se passaram dois anos. Se depender do Governador do Esperidião Amin, dentro de três anos liberou geral em Santa Catarina.

Quero dizer que este é um assunto para além dos problemas partidários; este é um assunto em que toda a sociedade tem que abraçar e definir uma política, não aos transgênicos, não engula essa! Temos de acabar com os transgênicos, porque cada vez mais temos provas científicas de que causam problemas à saúde e ao meio ambiente.

Esse não é um problema de Partido "a" ou "b". É uma bandeira da sociedade, e todos os Partidos têm de lutar contra os transgênicos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Mas quem falou em Partido "a" ou "b"? Eu não falei nada disso! Só disse que tem de ser estudado com profundidade, porque é um assunto altamente responsável e que há necessidade de estudá-lo, sim, com coragem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado José Serafim, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SERAFIM - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de parabenizar o Deputado Antônio Carlos Vieira por sua colocação com relação à moralização.

Também concordamos com V.Exa. de que os Poderes Legislativos deste País têm sido constantemente desmoralizado, sem crédito para a sociedade. E cremos que temos o papel de fazer com que se restabeleça a confiança no Poder Legislativo.

Não tenho prova, da mesma forma que V.Exa., mas há muitos comentários com relação a fantasmas dentro do Poder Legislativo. E como estamos com novos Governos Estadual e Federal, é o momento de fazermos um levantamento.

Nesta Legislatura não tenho notado muito, mas na Legislatura passada pude perceber, e também contribui para o descrédito do Poder Legislativo, a falta de presença, às vezes, do próprio Parlamentar. Ficamos dois anos aqui e foi difícil conhecer melhor o Parlamentar porque não aparecia no Plenário.

Então, da mesma forma que temos de cobrar dos servidores, temos que também cobrar dos próprios Parlamentares, que foram eleitos.

Portanto, V.Exa. está de parabéns pelo seu comentário, que creio estar correto.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ SERAFIM - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - É interessante, Deputado, fazer referência a isso, reforçar, sem dúvida alguma, que têm Parlamentares que, infelizmente, são vistos apenas de vista. Cremos que temos de cobrar, sim, desta Casa, dos Parlamentares que foram eleitos, aos quais foi confiada essa missão.

Veja, são 60 dias de trabalho aqui nesta Casa, e damos uma olhada... Aqui está sempre vazio! É impressionante! Temos de moralizar a partir de nós. Aí, sim, podemos fazer a cobrança dos funcionários, a presença deles.

Mais de uma vez vivemos uma profunda ilusão, e pior, ficamos iludindo toda a sociedade, que espera um compromisso sério, profundo por parte de cada um Parlamentar.

O SR. DEPUTADO PAULO SERAFIM - Como coloquei, há um novo Governo, há mudanças, que não foram pequenas. É uma revolução! A sociedade, o povo brasileiro definiu, na verdade, uma mudança de sistema, da forma de governar.

Tenho, nesses primeiros 60, 90 dias de Governo ouvido muitos questionamentos nesta Casa, através da televisão, com relação ao nosso Governo; que o PT, o Governo Lula, que sempre defendeu o salário mínimo de R\$500,00, de R\$600,00, como agora define em R\$240,00?

Gostaria de responder a todas as perguntas, a todos os questionamentos que, com certeza, 90% não são feitos pelo povo brasileiro, que está calmo e com perspectiva positiva. A maioria dos questionamentos são exatamente daqueles que estiveram no Governo e não implementaram a política que estão cobrando agora!

Esse sistema que aí está foi programado, estabelecido para ter uma estrutura para pagar o salário de R\$240,00. Foi um Governo estabelecido para minorias! Houve períodos que foi governado por grandes empresários, por grandes banqueiros, por grandes latifundiários. E agora houve uma mudança!

Os grandes empresários conscientes deste País, os grandes agricultores conscientes deste País, descontentes com todas as práticas anteriores, definiram uma mudança e definiram um Governo não para banqueiro, para grandes empresários ou para grandes latifundiários e sim para o povo brasileiro, para o cidadão, para que faça com que este País não seja um País de privilegiados e sim de todos os brasileiros. Um País que tenha saúde para todos, educação para todos, comida para todos.

E quando as pessoas me perguntam, peço calma, porque o Governo tem de construir essa nova estrutura para poder viabilizar o salário mínimo de R\$500,00, até porque é uma nova estrutura, uma nova consciência do povo brasileiro, a visão de que não adianta governar para a minoria, para dar privilégios para a minoria.

Acredito que essas pessoas que defendiam Governo para minoria sentiram que o País estava, a cada dia, ficando mais pobre. Até a maioria dos privilegiados votou pela mudança, porque não adianta uma meia dúzia viver feliz, com saúde, enquanto a sociedade brasileira está com fome.

Para fazer mudança tem de mudar todas as práticas do passado. Primeiro, como a duplicação da BR-101, que defendo, assim como toda esta Casa e o Sul do Estado. Santa Catarina defende! O Brasil defende! E o Partido dos Trabalhadores, com certeza, defende. Foi compromisso!

Para duplicar a BR-101, não se pode manter o sistema do passado! Quantas obras foram feitas, mas na verdade os seus custos foram os causadores da falta de verba para a saúde, para a educação porque era desviada, superfaturada!

Para fazer uma duplicação da BR-101 naquele tempo, com certeza daria para pagar três ou quatro duplicações. Não concordamos com isso! E é esse sistema que tem que ser mudado para viabilizar uma sociedade, que consiga receber um salário melhor.

Queremos o Besc público. O Besc tem que voltar para Santa Catarina! Agora, não é para voltar e continuar como no passado; tem de ser um Besc para o povo e não para o privado, não para beneficiar uns, para investir em campanha, para eleger alguns ou para privilegiar meia dúzia.

Queremos um Besc público para investir no pequeno e médio agricultor, no pequeno e médio empresário. Por isso temos de fazer estas mudanças, e não só trazer e deixar que continue o mesmo sistema do passado.

Quando digo calma, é porque o povo brasileiro está com calma. Estava lendo uma pesquisa, que mostrou que o povo brasileiro, 80%, está com confiança no Governo Lula; que se a eleição fosse hoje, o Lula ganharia no primeiro turno. Quando peço calma não é para o povo, porque ele está com expectativa de mudança, está com esperança, sabe que o caminho é este. Para viabilizar aquilo que pregamos é preciso calma para mudar todo o sistema.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ SERAFIM - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Deputado José Serafim, sem dúvida V.Exa. levanta alguns aspectos extremamente importantes.

Quando se entra na questão da corrupção, claro que se não houvesse essa corrupção espantosa nesta sociedade que vivemos, poderíamos fazer uma grande revolução neste País, sem dúvida nenhuma.

Agora que está sendo tratada a reforma tributária no País, é importante pensarmos um pouco na base, nos Municípios, onde tudo acontece.

É interessante que ao Município, onde acontece a educação, a saúde, onde é gerado a renda, o emprego, o crescimento, uma melhor qualidade de vida do povo, cabe em torno de 14% dos impostos que são arrecadados aos cofres do Governo Federal e do Governo do Estado. Apenas 14% volta para o Município para que implemente as políticas de atendimento à saúde, à educação, àquilo que é básico e fundamental à sociedade. O Estado fica com 23 a 26% e a União fica com 61%.

É preciso que nessa reforma tributária os Parlamentares se sensibilizem com a situação concreta que os nossos Municípios vivem.

Este Deputado que já foi Prefeito e muitos dos nossos Parlamentares também exerceram o mandato de Prefeito, sabem que para isso é preciso que se descentralize, que haja uma partilha maior da questão do recurso para que o povo tenha uma vida mais qualificada, melhor.

Queremos enaltecer o discurso de V.Exa., e que de fato sejamos os interlocutores para acabar com essa corrupção que está espalhada em todas as situações, em todas as circunstâncias deste País. Esperamos que isso aconteça!

O SR. DEPUTADO JOSÉ SERAFIM - Tenho ouvido muitos questionamentos de que o PT defendia prioridades na educação, na saúde, mas no momento que o Lula assumiu o Governo priorizou o Fome Zero; que o projeto principal é acabar com a fome e que cada cidadão tenha direito, no mínimo, de três refeições por dia.

Fiquei assustado, porque, na verdade, existem outras prioridades. Mas, Deputada Ana Paula Lima, realmente a fome é o principal, porque estamos vendo que o problema da saúde é gravíssimo neste País. Os hospitais estão lotados. Mas não adianta ter uma medicina curativa, colocar um hospital em frente de cada casa, fazer tratamento, resolver o problema da desnutrição e mandar a pessoa para casa se lá ela não tem comida! Podem ser gastos milhões na saúde, mas se não forem criadas condições de vida melhores, se o cidadão não tiver alimentação, não adianta.

A mesma coisa acontece na educação. Não adianta fazer escola para todo mundo e acontecer o que está acontecendo. A maioria das crianças vai para a escola como se estivesse indo a um restaurante. Não ouve o que a professora está falando porque a fome é tanta que só pensa na campanha para ir comer. Queremos escola para a criança aprender e não para dar alimento! Este País tem de dar condições para que o pai dê o alimento em casa!

Por isso parabeno esse Governo. A prioridade é acabar com a miséria para que as crianças possam ir à escola para aprender, o que, com certeza reduzirá o número de doentes, porque a doença é gerada pela miséria, pela fome.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ SERAFIM - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Realmente, o Partido dos Trabalhadores e o Presidente Lula deram a tônica deste Governo já na campanha eleitoral priorizando as políticas públicas, as políticas de inclusão social. E é um Presidente que teve a coragem de estampar em todos os meios de comunicação nacionais e internacionais que o Brasil realmente tem um problema, que é a fome.

Muitos e muitos Governos passaram e não resolveram o problema do Nordeste. O programa Fome Zero não é só dar alimentação, não é só um programa assistencialista, é um programa que dá cidadania, é o Fome Zero, é o Sede Zero, é o Primeiro Emprego, é investir na saúde e na educação. É mais abrangente.

Ontem, inclusive, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini falou sobre a Rede13, mas S.Exa. não está bem informado sobre essa questão. A Rede13 é uma das ONGs que estão se cadastrando para resolver o problema da fome em nosso País, e isso só vamos sentir quando andarmos nas ruas e não ouvirmos um pedinte solicitando ajuda.

Não adianta virarmos as costas e não resolvermos o problema, porque o problema da fome gera o problema da segurança. As pessoas estão aumentando o muro das casas, estão andando com carros blindados e não querem resolver um problema tão emergencial, como o da política pública.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SERAFIM - Quero dizer que, na verdade, quem mais será beneficiado com as mudanças, com o novo Governo, é o povo brasileiro. E é exatamente esse que está calmo, com esperanças. Estão pressionando, aqueles que já estiveram lá e nunca fizeram o que agora exigem.

Tenho expectativa de que vamos conseguir. E é lógico que não vamos conseguir sozinhos, vamos conseguir com união, com a participação do povo brasileiro, do empresário consciente, do trabalhador, do agricultor...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputado do PSDB que queira fazer uso da palavra, passaremos ao próximo destinado ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado João Rodrigues, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Senhor Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, observei todas as declarações e depoimentos dados desta tribuna no dia de hoje e fiquei me perguntando, Deputado Mauro Mariani, de que lado estou ou de que lado estão eles. Já não entendo mais se o PT de Santa Catarina é Governo ou é contra o Governo.

O nobre Parlamentar que me antecedeu comentou que os Governos anteriores estavam a serviço dos banqueiros. Mas o PT de Santa Catarina esqueceu que aí está não mudou absolutamente nada até aqui. O que houve foi a troca da administração central, trocou o Presidente, trocaram os Ministros mas os segmentos são os mesmos!

Ciro Gomes era Ministro de Fernando Henrique Cardoso no passado, se não me falha a memória. O Presidente do Banco Central, não é um dos maiores banqueiros que esse País já teve, e Deputado Federal eleito pelo PSDB? E assim vamos observando os Ministros que compõem o Governo Federal.

Não estamos questionando a competência deles, não é isso! Até acredito que a qualidade seja boa. Mas para quem sobe à tribuna e questiona que os Governos anteriores estavam a serviço de banqueiros; quando se criticava tanto o FMI, que tinha gerência no nosso País, a impressão, logo após a eleição, era que haveria uma ruptura com o FMI! Pelo menos o PT pregou isso. Não fomos nós, do PFL, do PPB, do PMDB, que é aliado do PT em Santa Catarina, que pregamos isso. Ocorre que neste momento que estamos vivendo, Deputado Dionei Walter da Silva, com o FMI está havendo uma gerência muito maior do que no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Quem está dizendo isso não é apenas o Deputado João Rodrigues, mas também o Deputado Babá, o Líder Babá, a Deputada Luiza Helena, a Deputada Luciana Genro, do PT, do Rio Grande do Sul.

Vejam só, senhoras e senhores, o PT está dizendo isso! Nós apenas concordamos. Quem somos nós para discordarmos disso, Deputado Nilson Machado? Apenas concordamos! Achamos que é verdade! Agora, não pode o PT, Deputado Antônio Ceron, ficar contra nós por concordarmos com o PT!

A preocupação que quero trazer aqui na tribuna da Assembléia são os debates que estamos acompanhando sobre a duplicação da BR-101. Boa parte dos catarinenses acredita que apenas esta obra está parada no nosso País, com recursos do Governo Federal. E recordo perfeitamente bem que foi questionado no primeiro momento a legalidade da licitação, que havia um superfaturamento da obra. Mas é bom lembrar que o Ministro dos Transportes era do PMDB. É bom lembrar disso, porque a impressão que se tem é que o homem era do PFL ou do PPB!

Tenho observado, Deputado Antônio Carlos Vieira, que quando o PT se manifesta na tribuna, quando fala dos Governos anteriores, menciona apenas PPB e PFL, como se o PMDB nunca tivesse participado do Governo Federal! Nós, do PFL, apenas ajudamos a construir este País. Administrar, de fato, não! Não estivemos lá, mas contribuímos e colaboramos em muito.

A obra da BR-101, quando boa parte dos catarinenses acredita que apenas ela está parada, não é assim! É um ledão engano, senhores! Foram R\$14 bilhões cortados do Orçamento deste ano. São várias obras paralisadas em todo o território nacional.

Temos colégios, postos de saúde, ginásios de esportes, conjuntos habitacionais, tudo absolutamente parado, porque os recursos do Governo Federal foram trancados, não foram mais repassados! E havia um comprometimento do atual Governo de que no mais tardar 60 ou 90 dias a liberação dos recursos voltaria a acontecer para que as obras continuassem por todo o País. Mas absolutamente nada aconteceu até o presente momento.

Recebi em meu gabinete - e acredito que os Srs. Deputados devam ter recebido também - um documento do Centro de Estudos Anita Terezinha Zago, operadora do projeto de profissionalização dos trabalhadores na área de enfermagem, recursos através do Profae, através de sua executora, Escola de Formação de Saúde e Secretaria do Estado de Santa Catarina, realizando curso de qualificação profissional de auxiliar de enfermagem e o curso de complementação da qualificação profissional de auxiliar de enfermagem.

São aproximadamente 2 mil alunos por todo o Estado catarinense fazendo curso para técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem. Turmas que estão parando suas atividades porque os recursos, via Ministério da Saúde, não estão sendo pagos. Os professores não estão recebendo e os alunos estão paralisando seus cursos.

São alunos: funcionários de hospitais, de postos de saúde, de farmácias, alunos que fizeram concursos em Prefeituras e dependem desses cursos para ingressarem nas suas atividades profissionais. Mas, a inoperância, em parte, do Governo Federal, até o presente momento, está dificultando a vida de aproximadamente 2 mil alunos apenas em Santa Catarina, fora em outros Estados da Nação.

Então, trago essa preocupação à tribuna aqui da Assembléia Legislativa, para que os demais Parlamentares tomem conhecimento do que está acontecendo por toda Santa Catarina com a falta de liberação de recursos para o pagamento de professores, que estão proferindo cursos importantíssimos para a qualificação profissional na área da saúde.

Outra preocupação que quero trazer também a todos os Srs. Deputados nesta oportunidade, e até para fazer justiça, quando ouço os nobres Parlamentares do PT se manifestarem na tribuna, dizendo que o Governo Lula vai revolucionar o nosso País na área social, vai favorecer ou beneficiar o menor, a impressão que se tem, Deputado Antônio Ceron, é que o Governo anterior não fez nada pelo pobre!

Vejo o Deputado Pedro Baldissera, ex-Prefeito de Guaraciaba, e os Deputados Mauro Mariani e Genésio Goulart que também foram Prefeitos.

Se paramos para pensar - e tive a oportunidade de ser Prefeito -, o Governo Fernando Henrique Cardoso, por quem não morro de amores, mas justiça precisa ser feita, foi o Governo que mais investiu no social nos últimos anos, com o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale Gás; na área da saúde com o Saúde da Família, com o Médicos da Família.

Tudo isso o PT não reconhece? Faz de conta que nada, absolutamente nada foi feito até aqui? Que tudo vai começar do zero, hoje? Que o programa de Combate à Fome é a solução do problema do nosso País?

Acredito que se o Governo Federal usasse a estrutura que tem, aproveitasse aquilo de bom criado pelo Governo anterior, melhorasse os programas já criados no Governo passado, poderíamos, sim, chegar a um bom termo e diminuir o sofrimento desse povo mais humilde.

Agora, não podemos, Deputado Sérgio Godinho, negar que o Governo passado não teve também uma ação brilhante na classe menos favorecida, na classe mais pobre. E os Prefeitos sabem disso! O Prefeito Pedro Baldissera sabe disso! E acredito que em hora oportuna haverá de reconhecer isso na tribuna e agradecer ao Governo Federal porque o ajudou a fazer uma bela administração na cidade de Guaraciaba!

Se não fosse o Governo de Fernando Henrique, nós, Prefeitos Municipais, não teríamos a oportunidade de desencadear projetos excelentes como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale Gás, na área da saúde com o Médico da Saúde. O Governo Federal foi quem nos patrocinou.

Temos de ter a humildade, Deputado Djalma Berger, V.Exa. que tem a felicidade de ser irmão de um dos melhores Prefeitos de Santa Catarina, que fez 85% dos votos na sua reeleição, na cidade de São José. E um homem que faz 85% dos votos na cidade é porque é bom demais, Deputado Antônio Ceron! Não pode ser ruim! Mas ele é do PFL, é um cidadão popular, é de um Partido que trabalha em defesa da sua sociedade.

Então, temos de ter o reconhecimento. Nós, do PFL, temos isso. O PMDB que também esteve grudado na teta por muitos anos, está querendo agora se grudar na outra, não é? Mas também tem de ter esse reconhecimento. E o PT, através dos seus Prefeitos, também administrou muitas cidades, como lá em Blumenau, que é o marido da nossa Deputada Ana Paula Lima. O Prefeito também usufruiu dessas benesses criadas pelos Governos passados.

Então, acredito que é um pouco de hipocrisia esquecermos das belas ações do Governo que passou. É bom lembrarmos do passado para melhorarmos o futuro.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Obrigado pelo aparte, Deputado João Rodrigues.

Gostaria só de dizer que se fosse pelo Governo Federal, com certeza a nossa população não teria saúde, educação. Mas, graças aos impostos, tributos que os nossos cidadãos pagam e a uma administração séria, transparente e participativa que conseguimos fazer, que conseguimos aplicar mais de 15% na saúde e em outras situações, também.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Obrigado pelo aparte, Deputado.

É importante dizer que o senhor usufruiu das benesses e dos programas do Governo Federal, mas não tem humildade de admitir. Isso é ruim demais. Temos que admitir!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Lício Silveira - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Gostaria de registrar a presença nas galerias da Casa do Prefeito de Calmon João Batista De Geroni e de seu assessor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. Deputados, temos aqui um ofício enviado a esta Casa a respeito da Mensagem nº 23, do Sr. Governador do Estado, que solicita a retirada de Projeto de Lei nº 28/2003, de origem governamental, encaminhado através de Mensagem nº 18, de 20 de março de 2003, que "autoriza a aquisição de imóveis nos Municípios de Florianópolis e Joinville".

Desejando rever a oportunidade do projeto, solicito, respeitosamente, que seja retirado de pauta e, em decorrência, encerrada sua tramitação legislativa.

Será dado o encaminhamento regimental para esta matéria.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs 79/2003, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, e 80/2003, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, pedindo o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 0088/2000 e 0072/2001.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Associação Catarinense de Imprensa, felicitando a diretoria e associados pela passagem do Dia do Jornalista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Afrânio Boppré, pedindo a prorrogação em 15 dias do prazo para apresentação do seu parecer ao Projeto de Emenda Constitucional nº 001.2/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Desporto a ser enviada ao Presidente da Câmara de Florianópolis, solicitando que o antigo campo de aviação do Campeche seja reservado como área pública, com a finalidade comunitária para práticas de esporte, arte e entretenimento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência convida os Srs. Deputados para uma sessão solene comemorativa ao Dia do Jornalista, no dia 7 de abril, segunda-feira, às 19h, proposta pelo Deputado Wilson Vieira.

Esta Presidência convida também todos os funcionários desta Casa e os presentes para participarem.

Também no dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, haverá uma programação elaborada pela Divisão de Saúde desta Casa e pela Comissão de Saúde.

A Programação é relativa à proposta da Organização Mundial de Saúde, que para este ano escolheu como tema central: Ambientes Saudáveis para as Crianças.

Nesse dia, então, a Divisão de Saúde estará oferecendo aos Deputados, os funcionários e ao público em geral a seguinte programação:

(Passa a ler)

"8h - Início das atividades com Lian Gong (prática chineses de exercícios ritmados, acompanhados por música e respiração, que tem por objetivo prevenir e tratar dores nas articulações, músculos, tendões e ossos). Será administrado pela professora Viviana Feller, no hall da Alesc.

9:30hs - Palestra proferida pela Dra. Maria Marlene de Souza Pires, médica pediatra e nutróloga, professora do HU/UFSC, no Plenário da Alesc."

Durante todo o dia serão distribuídos materiais educativos em saúde, e nessa data também será lançada oficialmente a campanha para a realização de exames periódicos para os Deputados e funcionários da Casa, bem como será lançada a campanha de vacinação contra a gripe, que terá início no dia 08 de abril.

Os funcionários que desejarem participar do agendamento para os exames periódicos, deverão dirigir-se à recepção da Divisão de Saúde da Alesc, a partir do dia 14 de abril. E a partir dessa data a Divisão de Assistência e Saúde da Assembléia Legislativa estará à disposição para esclarecer dúvidas e dar orientações.

Portanto, essa é a programação pertinente ao Dia Mundial da Saúde.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Onofre Santo Agostini, por até 10 minutos.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Onofre Santo Agostini, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Paulo Eccel, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento gostaria de informar esta Casa e também a população de Santa Catarina que, na última segunda-feira, tive o prazer e a oportunidade de participar, no Município de Indaial, do Fórum Catarinense de Educação Infantil, que está sendo realizado em sua décima edição.

Esse fórum, justamente como o próprio nome já diz, procura tratar das questões relativas à educação infantil aqui em Santa Catarina, reunindo os profissionais de todo o Estado: professores, Secretários e Secretárias Municipais de Educação, Prefeitos, Vereadores, enfim, todos os envolvidos no processo de educação que ocorre nos Municípios.

Nesses fóruns várias questões são debatidas, tanto no que diz respeito à qualidade da educação das crianças de zero a seis anos... Na realidade, quem já foi Prefeito, Deputado Pedro Baldissera - e os demais Deputados também têm conhecimento disso -, sabe da grande demanda que existe lá nos Municípios pela construção de creches e pela oportunização de acesso a crianças de zero a seis anos, porque é justamente nessa fase em que a criança está despertando, fazendo as suas formulações a respeito do mundo e se abrindo como se fosse uma flor, é que existe uma grande dificuldade de recursos por parte das Prefeituras. E as filas de espera são enormes na grande parte dos Municípios de Santa Catarina, havendo uma ansiedade dos pais, das mães e das próprias crianças muito grande e não existem os recursos ou eles são muito escassos.

Nesses fóruns busca-se justamente debater a questão do financiamento da educação infantil. Além da qualidade da educação, do salário dos professores, busca-se esse debate.

O interessante é que foi relato nesse fórum que apesar do debate - 10 fóruns praticamente já debateram o financiamento da educação infantil -, até o momento não se chegou a nenhuma definição para minimizar ou para solucionar o problema dos nossos Municípios nesse aspecto.

O que mais me chamou a atenção foi que nas 10 edições desse fórum - e, segundo os organizadores, em todas as edições sempre houve o convite para a Comissão de Educação, para esta Casa - nunca houve a participação de qualquer Parlamentar deste Poder.

Tive a honra e o orgulho de ser o primeiro Deputado Estadual de Santa Catarina a participar de um fórum que discute a educação infantil, que foi realizado por 10 vezes.

Ao mesmo tempo em que me senti orgulho por essa participação, conclui, infelizmente, que essa questão, ao longo de todo esse tempo, foi pouco levada em consideração por esta Casa, o que é lamentável.

Talvez porque isso seja uma responsabilidade precípua dos Municípios, não houve um envolvimento dos Deputados deste Poder ao longo da realização desse fórum.

Além da minha participação nesse fórum, a organização formulou um convite para a Comissão de Educação no sentido de que um integrante daquela Comissão faça parte como membro permanente da executiva do Fórum Catarinense da Educação Infantil.

No mesmo instante, de pronto, foi aceita essa sugestão e esse pedido, porque tenho a convicção de que a fase mais bela, mais importante da educação de um ser humano é a da educação infantil, e de que, infelizmente, nem todas aqui em Santa Catarina estão tendo a oportunidade de ter acesso a esse espaço.

Na educação infantil, há também a questão de creches, pois é um importante espaço para que a mãe e o pai possam se dirigir aos locais de trabalho e, com tranquilidade, desenvolverem suas profissões, sabendo que naquele espaço seus filhos estarão recebendo educação, carinho, conforto e atenção.

Então, não poderíamos deixar de informar isso a Santa Catarina e também a esta Casa: que pela primeira vez tivemos a oportunidade de estar representando esta Casa num evento de tamanha natureza.

Orgulho-me de fazer parte do Partido dos Trabalhadores e de ser o Partido dos Trabalhadores que esteve lá representando. E queremos dizer que não precisamos mudar de nome para sermos um Partido popular!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nilson Machado, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, nesta minha fala gostaria de trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados e, em especial, a todos os irmãos da Igreja Católica, a lembrança da passagem da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e a grande procissão dos Senhor Jesus dos Passos que acontece anualmente aqui em Florianópolis.

(Passa a ler)

"A procissão do Senhor Jesus dos Passos representa um momento de profunda religiosidade popular, particularmente visível nos seus símbolos e rituais que acompanham a sua preparação e celebração.

Particularmente nos Açores, de onde se transferiu para a Ilha de nossa querida Santa Catarina, a procissão ocorria, e ocorre ainda hoje em várias capelas do nosso querido Estado de Santa Catarina.

Em Florianópolis, desde a antiga Desterro, a primeira celebração teria acontecido em 1766, em uma quinta-feira, dois anos após a chegada da imagem e da fundação da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, conforme referência assentada na primeira prestação de contas da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos.

A procissão do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis pouco mudou nos seus 239 anos de celebração. Apresenta três momentos importantes: a lavação da imagem, que está acontecendo neste momento lá no Hospital de Caridade e que é feita por crianças de instituições de caridade; a translação; e a procissão propriamente dita.

No sábado e no domingo realiza-se a procissão do Senhor Jesus dos Passos. O cortejo é aberto por um estandarte e segue então pelas ruas de Florianópolis, acompanhado pelos irmãos da Irmandade, autoridades e populares no cortejo. Verifica-se também a presença de pessoas pagadoras de promessas, numa comovente atitude de fé e de amor ao Senhor Jesus dos Passos.

Integram o cortejo pessoas da comunidade, representando as figuras de José de Arimatéia, São João, Maria, Maria Madalena, Simão Cirineu e a Verônica, que acompanharam Cristo em direção ao Monte Calvário. É neste momento que a Verônica canta anunciando a dor de Cristo. Os religiosos ficam verdadeiramente emocionados. Parece que os olhos do Senhor Jesus dos Passos seguem as pessoas.

A belíssima obra de arte e de fé cristã era destinada originalmente à cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Fez escala na antiga Desterro, em Florianópolis, para onde retornou de forma definitiva, depois de três tentativas frustradas na Barra do Rio Grande, causadas por fortes tempestades que se seguiram às bruscas mudanças de tempo bom.

Essas três inesperadas e profundas alterações climáticas foram interpretadas como sinal divino de que a imagem deveria permanecer em Santa Catarina."

Gostaria de convidar todos os Deputados e, em especial, os do interior do Estado que ainda não a conhecem, para acompanharem a procissão do Senhor Jesus dos Passos aqui da Capital, que é o maior ato de fé religioso da Igreja Católica em Florianópolis, que é um momento de muita fé e devoção, em que os manezinhos da Ilha comparecem ao Hospital de Caridade para levar a imagem do Senhor Jesus dos Passos até a Catedral. Ela acontecerá no sábado, às 20h, e no domingo a imagem retornará às 16h.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer a entrega deste *banner* do Senhor Jesus dos Passos, com as vestes, inclusive, doadas pela creche que eu administro e fundei, ao Deputado Pedro Baldissera. V.Exa. é um padre e sei do bonito trabalho que faz em favor dos menos favorecidos do interior do Estado. Saiba que é um orgulho para mim, como católico, e uma emoção muito grande ter V.Exa. como Deputado desta Casa.

Eu, que já acompanhava o seu trabalho através da mídia, gostaria de dedicar a V.Exa., em nome da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, esse *banner* e de convidar todos os Deputados para comparecerem nesse ato de fé cristã.

Quero também pedir que o Senhor Jesus dos Passos proteja esta Casa, todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas e todos os funcionários, e que, de uma forma muito especial, possa abençoar o nosso Governador do Estado e os seus Secretários, e, acima de tudo, aqueles mais necessitados, os doentes.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Nilson Machado, quero parabenizar V.Exa. pelo registro e compartilhar aqui o meu testemunho com o de V.Exa., em função desse evento ser o de maior participação e de demonstração de devoção e de fé do povo de Florianópolis.

Quero parabenizar V.Exa. pelo registro e dizer que comungo com V.Exa. pelo seu apelo para que todos os Deputados prestigiem esse evento.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Quero agradecer, Deputado, inicialmente, essa generosa oferta que me faz e, ao mesmo tempo, gostaria de parabenizá-lo por esse destaque tão importante que V.Exa. realça dentro desta Casa.

Nesse sentido, queremos dizer no coração de cada um de nós que estamos nessa caminhada existe um profundo, um grande sentimento de religiosidade. E esse sentimento de religiosidade tem de ser compartilhado, vivido na caminhada, no dia-a-dia da nossa história.

Acredito que esta Casa tem de vir revestida desse sentimento, exatamente para podermos, no conjunto da nossa vida, da nossa caminhada, construir a sociedade justa, fraterna, mais humana, mais aberta, mais solidária. E com certeza o Senhor Jesus dos Passos já tem dado seus passos e está convidando-nos para que possamos dar os nossos passos na construção dessa sociedade tão querida e esperada por todos nós.

Parabéns e muito obrigado, novamente, pela oferta que me faz. Com certeza, que este mesmo Jesus lhe ilumine e a toda a sociedade aqui da Grande Florianópolis.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Agradeço, Deputado Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não! Ouço V.Exa. que já faz parte dessa Irmandade durante um bom tempo e que já colabora muito com ela. A Irmandade do Senhor dos Passos se orgulha muito de tê-lo como irmão.

Também gostaria de trazer a saudação do Sr. Laudares Capella, o nosso grande Provedor, que se encontra até hoje administrando aquela Irmandade.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado, gostaria de dizer que isso me emociona muito. Eu frequentava essa procissão com o meu falecido pai, que era o carregador de velas. E esse dia sempre emociona-me muito, porque lembro-me que ainda criança, de calças curtas... Não que fosse moda na época para meninos, mas era a falta de recursos que me fazia usá-la por muito tempo. E mesmo adultos, usávamos calças curtas, por problemas de falta de dinheiro.

Queremos cumprimentá-lo e dizer que essa é uma festa religiosa de grande importância para Florianópolis, para a fé cristã e para todos nós, catarinense, e, principalmente, para nós, ilhéus.

Continue assim com a sua fé, com a sua religiosidade, enfim, sendo o que V.Exa. é, permanecendo sempre com a fé em Cristo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Da mesma forma, Deputado, gostaria de cumprimentar V.Exa. e de dizer que V.Exa. deve continuar sendo essa pessoa maravilhosa, ajudando, com a força divina, a trazer a paz a esta Casa. Precisamos disso e, às vezes, esquecemos um pouco da nossa religião. Procuramos discutir tantas coisas e, às vezes, esquecemos do principal, que é o apoio Divino.

Então, gostaria de cumprimentar V.Exa. e de agradecer por essa oportunidade. Que Deus abençoe a todos!

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Muito obrigado, Deputado.

Mais do que nunca, precisamos estar em sintonia de corpo, alma e coração com o Senhor Jesus dos Passos. Vamos rezar pela paz no Iraque e agradecer ao Senhor Jesus dos Passos por morarmos numa Nação tão cheia de paz, num Estado tão cheio de paz.

É muito importante a nossa oração e os nossos agradecimentos ao Senhor Jesus dos Passos por esta paz, que é uma constante em nosso País, em nosso Estado e em nossa cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Romildo Titon.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Romildo Titon, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho à tribuna no dia de hoje para tirar algumas dúvidas e esclarecer, talvez, uma informação que transmitiram ao Deputado Mauro Mariani.

O Deputado recebeu uma informação no dia em que eu fazia algumas considerações desta tribuna a respeito da SC-302 - Caçador/Calmon/Matos Costa/ Porto União -, que não traduz a realidade.

Lendo, casualmente, as notas taquigráficas, eu dizia que aquela obra estava abandonada desde janeiro, e o Deputado recebeu a informação de que a obra estava abandonada desde setembro.

A informação com relação a setembro realmente saiu e gerou esse processo na Justiça Eleitoral, onde o PFL de Caçador entrou com uma ação para que o Prefeito de Caçador cessasse a entrega desse pasquim caluniador, mentiroso e de baixo calão, que um Prefeito de minha terra se dignou a entregar na rua, de mão em mão, para aquele povo humilde e trabalhador, mas honesto.

O Prefeito de Caçador se dignou, nobres Deputados, a fazer a entrega de uma vergonha. E sinto-me envergonhado por ter um Prefeito na minha terra com a capacidade tão pequena de entregar essa grande mentira, que gerou esse processo na Justiça Eleitoral, na qual ele dizia que a obra da SC-302 estava paralisada, que a obra do irmão Léo estava abandonada.

Está aqui presente a Deputada

Simone Schramm, que era Secretária-Adjunta, e tenho certeza de que tem conhecimento de que essa obra nunca foi abandonada. E assim outras notas foram colocadas por ele nesse pasquim. E o povo de Caçador não merece tamanho desprezo em ter que ler essa vergonha.

Por isso, naquele dia fiz uma observação, dizendo que a estrada estava abandonada. E daí o Deputado Mauro Mariani recebeu a informação e, em aparte, disse:

(Passa a ler)

"A obra está paralisada desde setembro por alguns problemas técnicos, Deputado Reno Caramori, que administração passada não buscou a solução. E nós, através do DER, estamos buscando a solução técnica quanto à questão da compactação do solo, estamos negociando uma solução para o impasse em termos de custo daquela obra."

Conheço toda a trajetória mais do que ninguém, porque acompanho essa estrada diuturnamente, como uma coisa que cuido, como um mimo, não só pela sua importância, mas pela consequência que já enunciei aqui quando o Esperidião Amin a começou e o Pedro Ivo parou; e quando o Wilson Kleinübing a retomou, o Paulo Afonso parou e o Esperidião Amin a retomou. E estão lá oito quilômetros de asfalto prontos, com um percentual bastante grande de terraplanagem.

O jornal de Caçador, o Diário do Meio Oeste, folha da Cidade diz o seguinte:

(Passa a ler)

"O Secretário Regional de Desenvolvimento, Valdir Cobalchini, teme que a 'parte burocrática' do processo de readequação do projeto de pavimentação da SC-302 (trecho Caçador a Porto União) não seja concluído até o final dessa semana, para que o Governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) possa dar a retomada nos trabalhos, domingo, quando estará em Caçador. Se isso ocorrer será frustrante sua visita ao Município como Governador."

O trecho entre o Km 5 e a entrada do Km 17 (linha São João de Cima), da rodovia SC-302 (trecho Caçador a Porto União) está em estado lastimável. Como o trabalho de terraplanagem que foi paralisado, a rodovia também não recebeu mais nenhuma conservação. Onde os buracos não inviabilizam o trânsito, são as pedras que impedem a passagem dos carros. Um total desrespeito com os usuários."

Então, gostaria de pedir que, ao informar ao Deputado, a pessoa tenha o respeito de informar corretamente para que ele possa, através da tribuna ou do microfone de apartes, realmente cumprir com a sua obrigação.

Foi isso que o Deputado Mauro Mariani tentou fazer, só que a informação que ele recebeu estava errada. E quem disse que a obra estava parada foi esse pasquim, que foi distribuído nos dias 23 e 24 de outubro. E aqui está a declaração da empresa construtora, assinada pelo engenheiro Rogério Polatti, do dia 24 de outubro, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Declaramos ao Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC - que o andamento dos serviços da Rodovia SC-302, trecho Caçador/Calmon/Matos Costa, Contrato - 094/2002, encontra-se de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela empresa perante o órgão, estando atualmente com o valor faturado de R\$2.683.211,56, contra R\$2.310.611,90."

E tendo ainda o valor a faturar de R\$396.336,87, além das medições que ainda tem que receber.

Então, vejam bem, esta é a declaração da empreiteira, que gerou esse processo em consequência da distribuição das mentiras feitas através do pasquim.

Por isso, eu me sinto na obrigação de vir a esta tribuna para dar essas explicações ao povo catarinense. E gostaria de pedir, mais uma vez, que quem informar ao Deputado tenha respeito, porque estará informando alguém que representa milhões de votos. Portanto, é importante que se use de seriedade quando se dá uma informação.

Tenho certeza de que o Deputado Mauro Mariani vai buscar a veracidade onde obteve essa informação. Eu tenho respeito pelos Parlamentares, como tenho por qualquer cidadão, por mais humilde que seja, porque todo ser humano merece respeito.

Por isso, volto aqui para dizer que até o dia de hoje, 03 de abril, a obra ainda está parada, os caminhões continuam na mesma situação. Esse jornal é do dia 1º e tem uma observação: "Será frustrante ao meu amigo Governador ir a Caçador sem uma solução para essa rodovia". O Valdir Cobalchini tem razão e está preocupado, pois será o Secretário Regional da região de Caçador. Estamos preocupados não com o constrangimento do Governador, e sim com quem usa aquela obra todos os dias, passando por aquele trecho.

Estava aqui presente o Prefeito de Calmon, que me confirmou que há duas semanas pegou a sua patrôla e patrôlou de Calmon até o Km 17, porque aquele trecho não tinha mais condições de tráfego, sob hipótese alguma. É uma pena que ele já se ausentou, pois teve de viajar, mas estava há pouco aqui, junto com seu companheiro da administração.

Por isso, é importante que as informações sejam dadas corretamente, para que os Deputados possam bem informar toda a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, confesso que venho à tribuna, na manhã de hoje, motivado pelas palavras do Deputado João Rodrigues, do PFL. Ouvi o seu discurso e não poderia ficar calado. Por isso, quero me referir às suas palavras e lamento que ele não se encontre, neste momento, no Plenário.

O Deputado e a Bancada do PFL vêm questionando o PT de Santa Catarina, perguntando para lado estaria o PT, com relação ao Governo Federal. Mera provocação. Disseram, inclusive, que no dia de ontem, que o PT deveria deixá-los ocupar o espaço da Oposição.

Ora, o espaço da Oposição, no caso do PFL, sequer foi resultado da disputa eleitoral de 2002. Desse o resultado que desse, o PFL automaticamente seria Oposição, Deputado Reno Caramori, porque o PFL não se apresentou para disputar as eleições presidenciais. Um Partido da magnitude eleitoral e da estatura política do PFL, omitiu-se do processo eleitoral para discutir o projeto nacional.

A Oposição foi automática. O PFL não teve candidato à Presidência da República e à vice-Presidência, e teve uma candidatura que iniciou e foi abortada pelo episódio da Lunus.

O PFL teve uma ala que apoiou Ciro Gomes, outra ala que apoiou José Serra, e outra que descarregou os votos no Lula. Qualquer resultado que desse na eleição, ele seria Oposição, porque enquanto Partido Político não tinha conteúdo programático a ser apresentado à sociedade na eleição de 2002.

Nós não sabemos o que o PFL apresentou, porque enquanto Partido foi nulo politicamente.

Então, é claro que vai ter que fazer Oposição. Agora, o que acho estranho é que parece que eles ainda não assimilaram o resultado eleitoral.

Ora, aí vem uma incoerência: se não disputaram a eleição, se não tinham candidato, se não tinham programa para disputar o conteúdo do projeto para o Brasil... E ainda assim não assimilaram o resultado! Omitiram-se, furtaram-se ou, então, foram incompetentes, incapazes e não conseguiram sequer se organizarem para ter uma cara própria. Agora vão ter que ficar lamentando, lamentando, lamentando.

Então, se observamos essa situação no plano federal, até vamos entender. Mas se observarmos a posição deles no plano estadual, a coisa fica mais confusa. Será que o Governo anterior fez algumas preferências dentro do PFL com relação ao *Show do Milhão*? Será que agora estão sentindo falta do calor das relações entre os Deputados, que aqui eram a base de sustentação do Governo Amin, e a relação com o Executivo, que tanto aqui desta tribuna denunciávamos? E agora estão acordando para o fato de que não têm mais aquela situação que tinham, era aquele negócio de subvenção social para entidade "a", de subvenção social para entidade "b". Tem Município que está com saudades de recebe subvenção social pelas mãos dos Deputados.

Espero que essa reforma administrativa, a tão chamada descentralização... Pode ser útil, acabando com aquela situação que os Deputados eram intermediários de cheques nas comunidades e nos Municípios.

Espero que essas administrações regionais tirem o palanque, o trampolim eleitoral de muitos Deputados e que elas sejam, efetivamente, administrações e não comitês eleitorais, como se tentou fazer aqui no período anterior.

Então, estranho esse tipo de comportamento do PFL. E digo mais: os jornais trazem no dia de hoje que o PFL vai mudar de nome, mais uma vez. O que justifica o Partido da Frente Liberal mudar de nome? Qual é a motivação, a razão disso? O que está acontecendo? Dizem que vão criar agora um Partido popular. O PFL, Partido Liberal, carregava a sua doutrina ideológica no seu próprio nome. Partido popular é um nome água com açúcar, não diz nada! É para continuar escondendo os verdadeiros posicionamentos, que, infelizmente, não se fizeram presentes no debate eleitoral da eleição 2002 para a Presidência da República.

Quero dizer também aqui, lamentando, mais uma vez, a ausência do Deputado João Rodrigues, que veio à tribuna, falou durante 10 minutos, e saiu pela porta lateral, que todos os jornais trazem, no dia de hoje, a seguinte matéria: Confiança em Lula chega a 80% - pesquisa do Ibope e da Confederação Nacional da Indústria. E os dados gerais são assim: aprovação ao Governo Lula, 75% da população; nota média, 6,8; votariam em Lula novamente 64% da população brasileira.

Então, aquela manifestação, aquele discurso de vocabulário limitado, bate-estaca, querendo que em 90 dias tudo seja resolvido como se tivéssemos eleito não um Presidente da República, mas um mágico, alguém que tivesse a possibilidade de fazer milagres... Não! Estamos apurando; herdamos uma situação e na semana que vem faremos esse debate aqui.

Deputado Antônio Carlos Vieira, sabíamos que no processo eleitoral, por exemplo, o Risco Brasil chegou a bater 2.400 pontos. No dia de ontem, o Risco Brasil chegou a 900 pontos. É a primeira vez na história deste País que o Risco passa para baixo de mil pontos. Isso é uma demonstração da capacidade que podemos aqui operar, é o que chamamos de fundamentos macroeconômicos da economia, que estão sendo neste momento gerenciados.

Não vamos aqui desqualificar, neste momento, o debate político. O que o Deputado João Rodrigues quer é discutir factóides. Acabou, Deputado Pedro Baldissera, e vamos esperar qual será a próxima pauta! Acabou e ele ficou sem discurso com relação ao Frigorífico Chapecó, porque a solução foi trazida. E ele ficou só na tribuna falando, falando, falando! E foi o Deputado Pedro Baldissera que saiu da Assembléia Legislativa e, junto com o Prefeito Pedro Uczai, foi buscar solução!

Então, esse tipo de comportamento aqui, não vamos aceitar! Vamos fazer o bom debate e a boa luta política.

Muito obrigado, Sr. Presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Queremos lembrar aos Srs. Deputados que hoje é o aniversário do Município de Araquari e que haverá uma excelente exposição e um ato às 19h, na Galeria de Arte Meyer Filho. Convidamos todos os Deputados para participarem.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ocupamos este espaço para fazer referência ao que os jornais do nosso Estado hoje noticiam, ou seja, ao fato de que o Governador Luiz Henrique da Silveira cancelou a negociação com o Besc tendo em vista a transferência da sede do Governo do Estado para onde hoje é a sede daquele Banco.

E o Governador não só cancelou a negociação, como também já encaminhou uma mensagem a esta Casa, que ouvimos há pouco, retirando o projeto de lei que pedia a autorização para a compra do Banco do Estado.

Todos sabemos que no contrato de federalização do Banco do Estado de Santa Catarina estavam previstos R\$38 milhões - e estavam disponíveis - para pagar a compra da sede do Banco. Portanto, já estavam previstos no contrato de federalização do Banco, e seria custeado pelo PROES, que sabemos que é o Programa de Reestruturação dos Bancos Estaduais.

E por que houve a retirada deste projeto, Deputada Ana Paula, e por que o Governador suspendeu essa negociação? Por alguns motivos, principalmente pela demora dos diretores do Banco do Estado em chegarem a um acordo.

Essa negociação já existia desde o mês de janeiro, e o diretor do Banco Central, o Sr. Carlos Eduardo de Freitas, havia autorizado todo esse processo.

Gostaria, além de dizer que houve essa retirada do projeto e que foi cancelada a negociação, Deputado Afrânio Boppré, de preservar o atual Presidente, Sr. Eurides Mescolotto, e o Diretor Nelson Wedekin, que em todos os momentos estiveram ao lado do Governador nessa negociação.

Portanto, o Presidente do Banco, Sr. Eurides Mescolotto, sempre teve uma posição favorável, junto com o Governador, na busca desse consenso na negociação.

O Governador, sem dúvida nenhuma, aposta que o Banco Central ainda não leve o Banco a leilão. Há uma disposição do Presidente da República nesse sentido e todos confiamos que o Banco continuará federalizado. Temos a esperança, Deputado Pedro Baldissera, de que volte a ser estadualizado, sendo que a mudança da sede do Governo do Estado continua sendo uma prioridade para o Governador Luiz Henrique.

Evidentemente, um dos aspectos que sempre foi levado em consideração é que se percebia que poderia ser um esquema protelatório, com vistas à privatização.

O Governador cumpriu todas as exigências, o protocolo de intenções, e o projeto, que era uma exigência, foi encaminhado para esta Casa, e, nas negociações, todas as propostas do Governo do Estado não foram aceitas.

Hoje continua a disposição do Governador para a troca da sua sede, sendo que o encaminhamento que está sendo feito é para onde hoje é a sede da Celesc, que ocupa 40% daquela área. A disposição ou será alugar, ou trocar, ou permutar ou vai haver uma cedência. Mas continua o propósito do Governador do Estado em mudar a sua sede, que sabemos que hoje é um espaço pequeno e que não permite um bom trabalho do Governo do Estado.

Nós, que acompanhamos os fatos, lembramos que desde o Governo de Paulo Afonso já havia essa disposição de troca da sede; no próprio Governo de Esperidião Amin também já havia uma disposição nesse sentido e ela continua agora com o Governador Luiz Henrique.

Não foi possível na atual sede do Besc, em função de todas essas circunstâncias, em função das dificuldades que certos diretores criaram, aqueles que estão lá dentro exatamente com essa disposição de fazer com que o Banco seja privatizado. Mas, independentemente disso, a disposição continua firme para que o Governo de Santa Catarina possa ter um espaço adequado para o seu trabalho.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Agradeço pela oportunidade do aparte, Deputado.

Gostaria de fazer uns esclarecimentos, pois penso que na sua fala há alguns equívocos. As tratativas para adquirir a sede do Besc pelo Governo do Estado, em cima do contrato de federalização, vêm desde a assinatura do contrato de federalização, em 2000, e não é coisa de janeiro de 2003.

Diria a V.Exa. que não tenho uma procuração para defender os diretores atuais do Banco, mas quero lhe dizer que nenhuma culpa cabe a eles pela negociação do Banco ou não, mas cabe, sim, à União, porque compete a ela repassar os recursos para o Estado comprar a sede.

É evidente que o Banco do Estado de Santa Catarina não vai entregar a sua sede, já mencionado no contrato de federalização, sem que o dinheiro saia, e esse dinheiro sai do Cofre da União e não é do Cofre do Besc.

O Besc não pode entregar o seu bem sem receber o dinheiro. Se o Governo do Estado tiver o recurso para pagar, ele vende o prédio, os imóveis, porque eles estão a venda. Agora, é preciso que haja o pagamento.

O Governo do Estado, que despreza o contrato de federalização, que diz que é contra o contrato, ao mesmo tempo quer usá-lo para buscar o dinheiro para a compra do prédio. Isso é uma incoerência!

Então, o que ocorreu é que a União Federal não repassou os recursos necessários para a compra dos imóveis. Portanto, o Besc não pode entregar os imóveis para o Governo do Estado.

Num segundo tempo, em termos do prédio da Celesc, de propriedade da Fundação Celos, gostaria de dizer que também, tranquilamente, a Celos vende. Agora, vai se precisar de dinheiro.

E aí vou fazer já um reparo: no Orçamento do Estado não existe a disponibilidade para a compra de imóveis e muito menos para a compra do imóvel da sede hoje da Celesc.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Nobre Deputado, eu disse é que o Governador Luiz Henrique da Silveira iniciou, em janeiro, as tratativas e também que já havia, no contrato de federalização, os 39 milhões. Deixei bem clara essa posição.

Também é clara a disposição do Governador em não querer que o Besc seja privatizado, e também é claro que existe uma disposição desses diretores, colocado pelo Governo anterior, tanto Estadual quanto Federal, em criar todos os entraves para que a privatização ocorra. E essas pedras foram colocadas com esse intuito. Por isso, o Governador desistiu da negociação, pois viu por trás das entrelinhas esses aspectos.

Quero deixar aqui bem claro o que me foi dito pelo Secretário da Casa Civil: a boa vontade do Presidente Eurides Mescolotto e Nelson Wedekin no sentido de estarem, em todo momento da negociação, ao lado do Governador Luiz Henrique da Silveira.

A Sra. Deputada Simone Schramm - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

A Sra. Deputada Simone Schramm - Nobre Deputado, gostaríamos de ressaltar a correspondência que todos recebemos do Governador Luiz Henrique da Silveira, pedindo que mantivéssemos a nossa conta bancária junto ao Besc. Acharmos um gesto importante, ou seja, fazermos uma ampla campanha para que a conta de todos os catarinenses seja vinculada ao Besc.

Caro Colega, gostaria de retificar que hoje não é o aniversário de Araquari, e sim no dia 05 de abril. Hoje estaremos divulgando aqui neste Poder, às 19h, com a presença de todas as lideranças políticas, a Festa do Maracujá, que acontecerá nos dias 25, 26 e 27 de abril, em Araquari.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Era o que tínhamos a dizer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.
(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, dá conhecimento ao Plenário das matérias que estarão na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, dia 08:

Discussão e votação em turno único da admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 02.0/2003 e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0441.0/2002.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, solene, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao Dia do Jornalista, comemorado anualmente no dia 07 de abril.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DP

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 014-DP, de 2003

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições
CONSTITUI Fórum Permanente integrado pelos Senhores Deputado
Reno Caramori, Lício Mauro da Silveira, Afrânio Boppré, Antônio Ceron,

Romildo Titon, Sérgio Godinho, Nilson Gonçalves e Odete de Jesus, para acompanhar os efeitos da Portaria n. 508, de 2002, do Ministério do Meio Ambiente, que estabeleceu três unidades de conservação federais no Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de abril de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

LEIS

LEI N. 12.569, de 04 de abril de 2003

Acrescente-se o § 3º, ao art. 45 da Lei n. 10.297, de 1996, alterada pela Lei n. 11.350, de 2000, que dispõe sobre o ICMS.

Eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º, do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica inserido no art. 45 da Lei n. 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - e adota outras providências, alterada pela Lei n. 11.350, de 17 de janeiro de 2000, o seguinte parágrafo, enumerado como § 3º, nos termos que se seguem:

"Art. 45.....

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º Nas operações interestaduais com cebola não será permitido o uso de nota fiscal de produtor."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de abril de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 12.570, de 04 de abril de 2003

Dispõe sobre os benefícios aos estudantes e menores de dezoito anos para o acesso a eventos culturais e desportivos.

Eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado e do art. 304, §, do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica assegurado a todos os jovens com idade até o limite máximo de dezoito anos, e/ou aos estudantes, independentemente da idade, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, oficialmente reconhecidos, de nível fundamental, médio e superior, e técnico profissionalizante, cinquenta por cento de abatimento sobre o preço efetivamente cobrado nas entradas, pelas casas exibidoras cinematográficas, de teatro, de espetáculos musicais, circenses e de eventos esportivos, em todo o Estado de Santa Catarina.

§ 1º - O benefício previsto no *caput* deste artigo, dar-se-á nos seguintes casos:

I - Aos menores de dezoito anos bastará a exibição de documento de identidade expedido pelo órgão público competente comprovando a sua idade;

II - Aos estudantes bastará a exibição de carteira de identificação estudantil com foto e prazo de validade, expedidas por qualquer entidade de representação estudantil que abranja qualquer segmento de estudantes especificados no *caput* deste artigo.

§ 2º - Em caso de preços promocionais, também fica assegurado o abatimento de cinquenta por cento.

§ 3º - Em caso de eventos organizados em território catarinense por pessoa física ou jurídica não domiciliada no Estado de Santa Catarina, a mesma estará sujeita aos efeitos da presente Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as Leis Estaduais nº 8.051, de 11 de setembro de 1990; nº 9.008, de 20 de abril de 1993; e as demais disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de abril de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 12.571, DE 04 DE ABRIL DE 2003

Proibe exigência de depósito para internação hospitalar de emergência

Eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º, Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica proibida a exigência de depósito de qualquer natureza, para possibilitar internamento de doentes em situação de urgência e emergência, em hospitais da rede pública e privada.

Art. 2º - Comprovada a exigência do depósito, o hospital será obrigado a devolver em dobro o valor depositado ao responsável pelo internamento.

Art. 3º Ficam os hospitais da rede pública e privada, obrigados a fixarem em local visível e dar possibilidade a presente Lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2002

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 12.572, de 04 de abril de 2003

Autoriza o Poder Executivo a determinar a presença de médico geriatra em todos postos de saúde do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do estado e do art. 304, § 1º, do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a determinar a presença de um médico geriatra nos postos de saúde do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A autorização a que se refere o *caput* deste artigo possibilitaria a prestação de serviços de assistência médica e ambulatorial na área geriátrica, visando a promoção da saúde, tratamento e reabilitação da população idosa.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde disciplinará a adoção desta medida, bem como o seu cumprimento no âmbito dos postos de saúde sob sua administração.

Art. 3º Fica também a Secretaria de Estado da Saúde, autorizada a celebrar convênios com as Secretarias Municipais de Saúde, organizações sociais e entidades filantrópicas para garantir o cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, EM 04 DE ABRIL DE 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

LEI 12.573, de 04 de abril de 2003

Dispõe sobre o atendimento ao consumidor, nos caixas das agências bancárias

Eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do Art. 304, § 1º, do regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Artigo 1º - Todas as agência bancárias estabelecidas no Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a manter, no setor de caixas, funcionários em número compatível com o fluxo de usuários, de modo a permitir que cada um destes seja atendido em tempo razoável.

Art. 2º - Considera-se tempo razoável, para os fins desta lei:

I - até quinze minutos, em dias normais; e

II - até trinta minutos:

a - em véspera ou em dia imediatamente seguinte a feriados;

b - em data de vencimento de tributos; e

c - em data de pagamento de vencimentos a servidores públicos.

Parágrafo único - Os períodos de que tratam os incisos I e II deste artigo serão delimitados pelos horários de ingresso e de saída do usuário no recinto onde estão instalados os caixas, registrados mediante chancela mecânica ou eletrônica.

Artigo 3º - Os bancos ou as entidades que os representam informarão ao órgão de defesa do consumidor sobre as datas referidas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do artigo anterior.

Artigo 4º - A análise, pelo órgão de que trata o artigo anterior, do tempo de atendimento a que se referem os incisos I e II do artigo 2º levará em consideração o suprimento normal de energia elétrica, de linha telefônica ou lógico-informática de transmissão de dados e outras condições essenciais à manutenção de serviços bancários.

Artigo 5º - A infração do disposto nesta lei acarretará ao estabelecimento a aplicação das penas administrativas de:

I - advertência;

II - multa de cinco (5) salários mínimos por usuário prejudicado, dobrada a cada reincidência até a 4ª (quarta);

III - suspensão da atividade, nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, até que o órgão fiscalizador receba, por escrito, dados comprobatórios de que o número de funcionários atendendo nos caixas tenha sido reajustado de modo a sanar a demora no atendimento.

Artigo 6º - A fiscalização do cumprimento desta lei e a aplicação das penalidades referidas no artigo anterior competem ao órgão estadual de defesa do consumidor, que poderá, para tanto, valer-se de sua própria estrutura administrativa ou firmar convênios com os municípios.

Artigo 7º - As instituições bancárias deverão disponibilizar um aparelho telefônico, habilitado, em lugar visível, para que os usuários que se sentirem prejudicados possam efetuar reclamação junto à fundação de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo único - no local onde estiver o telefone citado no caput deste artigo, deverá ser colocado um aviso de forma destacável e legível, explicando que o mesmo ali está em obediência a presente lei.

Artigo 8º - A arrecadação advinda das multas, previstas nesta lei, deverão formar um fundo destinado a melhor estruturar a fundação de proteção e defesa do consumidor.

Artigo 9º - As agências bancárias referidas no artigo 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da regulamentação desta lei, para adaptar-se às suas disposições.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias.

Artigo 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 12 - Revogam-se disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de abril de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 12.574, de 04 de abril de 2003

Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.

Eu Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º, do Regimento Interno, promulgo a presente Lei

Art. 1º - Serão punidos, nos termos desta lei, toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão ou cidadã homossexual, bissexual ou transgênero.

Art. 2º - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e cidadãs homossexuais, bissexuais ou transgêneros, para os efeitos desta lei:

I - submeter o cidadão ou cidadã homossexual, bissexual ou transgênero a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI - praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VII - inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional;

VIII - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão ou cidadã homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos e cidadãs.

Art. 3º - São passíveis de punição o cidadão ou cidadã, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda e qualquer organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste estado, que intentarem contra o que dispõe esta lei.

Art. 4º - A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

I - reclamação do ofendido;

II - ato ou ofício de autoridade competente;

III - comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

Art. 5º - O cidadão e a cidadã homossexuais, bissexual ou transgênero que for vítima dos atos discriminatórios poderá apresentar sua denúncia pessoalmente ou por carta, telegrama, telex, via internet ou fax ao órgão estadual competente e/ou a organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

§ 1º - A denúncia deverá ser fundamentada através da descrição do fato ou ato discriminatório, seguido da identificação de quem faz a denúncia, garantindo-se, na forma da lei, o sigilo do denunciante.

§2º - Recebida a denúncia, competirá à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania promover a instauração do processo administrativo devido para apuração e imposição das penalidades cabíveis.

Art. 6º - As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes:

I - advertência;

II - multa de R\$ 1.000 (um mil Reais);

III - multa de R\$ 3.000 (três mil Reais);

IV - suspensão da licença estadual para funcionamento por 30 (trinta) dias;

V - cassação da licença estadual para funcionamento.

§ 1º - As penas mencionadas nos incisos II a V deste artigo não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, cujos responsáveis serão punidos na forma do Estatuto dos funcionários públicos.

§ 2º - Os valores das multas serão corrigidos a partir da data da publicação dessa Lei pela taxa de juros SELIC, podendo ser elevados em até 10 (dez) vezes quando for verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

§ 3º - Quando for imposta a pena prevista no inciso V supra, deverá ser comunicada a autoridade responsável pela emissão da licença, que providenciará a sua cassação, comunicando-se, igualmente, a autoridade municipal para eventuais providências no âmbito de sua competência.

Art. 7º - Aos servidores públicos que, no exercício de suas funções e/ou em repartição pública, por ação ou omissão deixarem de cumprir os dispositivos da presente lei, serão aplicadas as penalidades cabíveis nos termos do Estatuto dos funcionários públicos.

Art. 8º - O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de abril de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR N. 240, de 30 de dezembro de 2002

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei que foi convertido na Lei Complementar n. 240, de 30 de dezembro de 2002, que "Reorganiza as parcelas remuneratórias dos cargos de Procurador do Estado, Procurador Administrativo e Procurador Fiscal, fixa novo vencimento básico e adota outras providências".

Eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º, do Regimento Interno, promulgo parte da Lei:

"Art. 8º Para efeitos de aplicação do disposto na Lei Complementar n. 83, de 1993, com a redação dada pelo art. 8º da Lei Complementar n. 112, de 31 de janeiro de 1994, no âmbito da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC - e na extinta Secretaria dos Negócios do Oeste - SNO -, ficam estabelecidas as linhas de correlação constantes dos Anexos I e II."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de abril de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

ANEXO I

IMPrensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC

Cargos e funções - Níveis	Níveis para efeito da aplicação da Lei Complementar n. 83/93
Chefe de Serviço - DAI-1, 3 e 4 Chefe de Divisão - DAI-4 Chefe de Unidade - DAI-4 Chefe de Arquivo e Biblioteca - DAI-3 Chefe de Departamento Comercial - DAI-4	DAS-2
Chefe de Seção - DAI-1, 3 e 4 Chefe de Setor - DAI-3 e FG-2 Secretária do Diretor - DAI-2 Chefe de Subseção - DAI-1 Assistente - DAI-2 Motorista do Presidente - DAI-3	DAS-1 DASI-5

ANEXO II

EXTINTA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE - SNO

Cargos e funções - Níveis	Níveis para efeito da aplicação da Lei Complementar n. 83/93
Chefe de Seção - DAI-1	DAS-1
Chefe de Serviço - DAI-2	DAS-1
Chefe de Divisão - DAI-4	DAS-2

*** X X X ***